



Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Inês Valente Marcos Borregana

Estudo de caso da Best Farmer: Influência da IAS 41 nas Demonstrações Financeiras

ISCAC | 2019 Inês Valente Marcos Borregana Estudo de caso da Best Farmer: Influência da IAS 41 nas Demonstrações Financeiras

Coimbra, Abril de 2019



Instituto Politécnico de Coimbra
Instituto Superior de Contabilidade
e Administração de Coimbra

Inês Valente Marcos Borregana

Estudo de caso da Best Farmer: Influência da IAS 41 nas Demonstrações Financeiras

Dissertação submetida ao Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade e Fiscalidade Empresarial, realizada(o) sob a orientação do(a) Professora Doutora Cristina Gonçalves Góis.

Coimbra, Abril de 2019

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declaro ser a autora desta dissertação, que constitui um trabalho original e inédito, que nunca foi submetido a outra Instituição de ensino superior para obtenção de um grau acadêmico ou outra habilitação. Atesto ainda que todas as citações estão devidamente identificadas e que tenho consciência de que o plágio constitui uma grave falta de ética, que poderá resultar na anulação da presente dissertação.

PENSAMENTO

*“Apetecia-me ficar calado,
ouvir-vos, aprender convosco...*

*Mas, por gentileza vossa e
teimosia minha, não posso calar-me,
tenho de tentar, mesmo que
imperfeitamente, juntar a minha voz à
vossa.”*

Dr. Armando Gomes Leandro

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, à minha madrinha
e ao Telmo por todo o apoio

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a todos aqueles que fizeram com que conseguisse concluir mais esta etapa do meu percurso académico, pois sozinha não seria possível.

Começo por agradecer à Professora Doutora Cristina Góis por toda a ajuda e permanente motivação. Sempre me motivou a continuar e a concluir esta etapa com sucesso.

Um grande obrigado ao Dr. Ricardo Mestre, Diretor Financeiro da Best Farmer, que me forneceu todos os elementos para que fosse possível estudar a empresa e que sempre esteve disponível para esclarecer todas as questões que foram surgindo ao longo do estudo.

Sem o apoio dos meus pais, familiares e amigos nada disto seria possível. A todos aqueles que me deram força para continuar e fizeram com que eu não desistisse de lutar para concretizar o meu objetivo, muitíssimo obrigada.

RESUMO

Este trabalho tem por base o estudo das normas contabilísticas nacionais e internacionais sobre a Agricultura. Estas normas tratam o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas.

Para o estudo do tema começamos por apresentar o motivo pelo qual existiu a necessidade de criar uma norma para o setor agrícola, numa segunda fase é apresentado o conteúdo da norma, na terceira fase é apresentada a revisão de literatura sobre a IAS 41, a NCRF 17 e o justo valor e, numa fase final analisamos o impacto da norma sobre as demonstrações financeiras de uma empresa.

Como base de estudo utilizamos o método de estudo de caso e como meios de pesquisa foram utilizadas a entrevista e a recolha documental.

A empresa escolhida para o estudo é a Best Farmer, subsidiária do Grupo Jerónimo Martins, que se dedica à engorda de bovinos da raça Angus.

O estudo incide na influência que a IAS 41 tem nas demonstrações financeiras da Best Farmer. Após o estudo foi-nos possível concluir que a IAS 41 tem uma grande relevância nos resultados da empresa.

Apesar das inúmeras críticas à aplicação do justo valor, verificamos que a utilização deste método de mensuração, na Best Farmer, se encontra bem definido e justificado nas divulgações das demonstrações financeiras, o que restringe a subjetividade no resultado do exercício.

Com os resultados das entrevistas concluímos que, tal como foi apresentado na revisão de literatura, também os entrevistados têm opiniões díspares relativamente à aplicação do justo valor.

Palavras-chave: Agricultura, Ativos Biológicos, IAS 41, NCRF 17, Justo Valor, agropecuária, Best Farmer

ABSTRACT

This work is based on the study of the national and international accounting standards on Agriculture. These standards address the recognition and measurement of biological assets and agricultural products.

In order to study the standard, four reflections are made: initially the reason of the need to create a standard for the agricultural sector is presented, in a second phase the contents of the standard are presented, in the third phase are presented studies and opinions made to IAS 41, NCRF 17 and fair value, and, in a final phase, we verify the impact of the standard on the financial statements of a company.

As a study basis, we used the case study method and, the interview and the documentary collection, were used as research resources.

The company chosen for the study is Best Farmer, a company of the Jerónimo Martins Group dedicated to the fattening of Angus cattle.

The study focuses on the influence that IAS 41 has on Best Farmer's financial statements. After the study, we were able to conclude that IAS 41 has a great relevance in the results of the company.

Despite multiple reviews of the application of fair value, we find that the use of this method of measurement in Best Farmer is well defined and justified in the disclosure of financial statements, which doesn't present subjectivity in the result of the exercise.

With the interview's results, we conclude that, as presented in the Literature Review, those interviewed also have different opinions regarding the application of fair value.

Keywords: Agriculture, Biological Assets, IAS 41, NCRF 17, Fair Value, Farming, Best Farmer

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO	1
1 Enquadramento Normativo	3
1.1 Evolução da IAS 41/ NCRF 17	5
1.2 Tratamento contabilístico da IAS 41/NCRF 17	8
1.2.1 Âmbito	8
1.2.2 Classificação dos ativos biológicos	9
1.2.3 Mensuração e Reconhecimento	10
1.2.4 Subsídios	13
1.2.5 Divulgações exigidas pela IAS 41	14
2 Revisão da Literatura	15
2.1 Problemáticas IAS 41 / NCRF 17	15
2.2 Justo valor	17
2.3 Existência vs Inexistência de Mercado Ativo	19
2.4 Estudos da aplicação da IAS 41/ NCRF 17 no setor agropecuário	20
2.5 Divulgações	21
3 Metodologia de Investigação	23
3.1 A empresa	24
3.1.1 Best Farmer - Atividades Agro-Pecuárias, S.A.	25
3.1.2 Contexto de mercado em Portugal	28
3.1.3 Raça Angus	29
3.1.4 A aplicação da IAS 41 na Best Farmer	29
3.2 Estudo de caso	31
4 Análise dos Resultados	33
4.1 Critérios utilizados na medição do valor dos ativos biológicos	33

4.1.1	Apuramento do justo valor dos ativos biológicos da Best Farmer	33
4.1.2	Critérios para escolha da bolsa	37
4.2	Variáveis que provocam variações no valor líquido dos ativos biológicos	38
4.3	O impacto dos ativos biológicos no resultado do período	40
4.4	Divulgações da Best Farmer	42
4.5	Opiniões sobre a IAS 41 e a sua aplicação	44
4.6	Sistemas de Informação	45
CONCLUSÃO		48
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		50
ANEXOS		57
ANEXO I – Exemplo da apresentação dos preços de mercado pela <i>Lonja Binéfar</i> ...		58
ANEXO II – Elementos da Bolsa Binéfar		60
ANEXO III – Classificação de carcaças de bovinos		62
ANEXO IV – Exemplo de uma divisa de abate de bovinos		64
ANEXO V – Guia da Entrevista.....		66

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Vantagens e desvantagens da Harmonização Contabilística	4
Tabela 2 - Opinião dos autores sobre o justo valor.....	19
Tabela 3 – Número de animais por tipo de negócio e sexo	27
Tabela 4 – Fatores de conversão de animal em carcaça	35
Tabela 5 – Rúbricas do Balanço com distinção em ativos maduros e imaturos	38
Tabela 6 – Valor líquido por tipo de negócio	39
Tabela 7 – Variações do valor líquido dos ativos biológicos	39
Tabela 8 – Evolução dos preços de mercado na bolsa Binéfar.....	40
Tabela 9 – Impacto dos Ativos Biológicos no Resultado Líquido da empresa	41
Tabela 10 – Evolução dos preços de mercado na bolsa Binéfar.....	42
Tabela 11 – Cumprimento das divulgações exigidas pela IAS 41	43
Tabela 12 - Exemplo dos preços apresentados pela Lonja Agropecuária de Binéfar.....	59
Tabela 13 – Classe de conformação muscular das carcaças de bovinos	63
Tabela 14 – Nível de gordura das carcaças de bovino.....	63
Tabela 15 – Guia da Entrevista.....	67

Índice de ilustrações

Ilustração 1 – Tipos de negócio da Best Farmer.....	27
Ilustração 2 – Fórmula da estimativa do justo valor	35
Ilustração 3 – Sistemas de Informação Utilizados na Best Farmer	46
Ilustração 4 – Mesa de Preços da Lonja agropecuária de Binéfar	61
Ilustração 5 – Exemplo da parametrização de abate emitida pelo departamento de qualidade dos matadouros.....	65

Lista de abreviaturas, acrónimos e siglas

CNC- Comissão de Normalização Contabilística

IAS– International Accounting Standards

IASB– International Accounting Standards Board

IASC- International Astronomical Search Collaboration

IFRS– International Financial Reporting Standards

INE– Instituto Nacional de Estatística

NCRF– Norma Contabilística e de Relato Financeiro

POC– Plano Oficial de Contas

R&C– Relatório e Contas

SIMA– Sistema de Informação de Mercados Agrícolas

SNC– Sistema de Normalização Contabilística

TOC– Técnico Oficial de Contas

UE – União Europeia

INTRODUÇÃO

A evolução da normalização contabilística levou à necessidade do International Accounting Standard Board publicar uma norma internacional sobre a agricultura. Esta necessidade surgiu uma vez que esta atividade não é controlada na sua totalidade pelo homem, ao contrário do que acontece com as demais atividades, e de ser um dos setores com mais peso no mercado nacional e internacional.

“A atividade agrícola faz parte de um setor com características muito heterogéneas devido à grande diversidade de atividades que aglutina. Toda esta heterogeneidade faz aumentar as pressões existentes com a finalidade de dotar os utentes da informação financeira deste setor, com dados relevantes e fiáveis, que lhes permitam conhecer a real posição financeira e efetuar a avaliação do desempenho das organizações” (Góis, 2002).

“O objetivo desta norma é o aperfeiçoamento e a harmonização dos métodos utilizados para o reconhecimento, valorização, apresentação e publicação nos estados financeiros do impacto financeiro nos fatores e transações associadas com a atividade agrícola.” (IASC, 1996)

O presente estudo tem como objetivo verificar a aplicabilidade da norma numa empresa através do método de investigação de estudo de caso. Para o estudo da aplicação desta norma foi escolhida a empresa Best Farmer, empresa do Grupo Jerónimo Martins, do ramo da pecuária cujo objetivo principal é a engorda de bovinos da raça Aberdeen-Angus.

Na fase inicial do estudo é apresentada uma breve descrição sobre a evolução da harmonização contabilística e os motivos que levaram à necessidade de emitir a Norma Contabilística IAS 41 – Agricultura, bem como a sua evolução da normalização do tema ao longo dos tempos.

A IAS 41 foi alvo de muitas pesquisas e de muitas críticas quanto à sua subjetividade, o que fez com que surgissem vários estudos sobre a sua aplicação e escritas diversas opiniões. O segundo capítulo apresenta uma revisão da literatura sobre o tema.

Posteriormente é apresentada a metodologia de estudo adotada, a empresa escolhida para verificar a influência da IAS 41 – Agricultura nas Demonstrações Financeiras e o modo como estima o justo valor.

Estudo de caso da Best Farmer: Influência da IAS 41 nas Demonstrações Financeiras

Como metodologia de investigação foi escolhido o método o estudo de caso tendo como formas de pesquisa foram utilizadas a técnica documental, através da recolha de informação de relatórios e apresentações da empresa, e a entrevista a alguns elementos da empresa.

A realização das entrevistas tem como objetivo perceber de uma forma mais detalhada como é determinado o justo valor dos ativos biológicos, os pressupostos utilizados para a estimativa do justo valor e a opinião que os entrevistados tem sobre a norma. Termina-se com a apresentação das principais conclusões do estudo realizado.

1 Enquadramento Normativo

Nesta fase inicial, será apresentado o enquadramento normativo sobre a International Accounting Standards (IAS) 41 - Agricultura e a Norma Contabilística e de Relato Financeiro (NCRF) 17 – Agricultura vigente no Sistema de Normalização Contabilístico português. Numa primeira abordagem vamos explicar os Normativos Contabilísticos no seu geral e numa segunda parte é analisada como tem vindo a ser implementada a IAS 41 e a NCRF 17, bem como as suas alterações ao longo do tempo.

A cada vez maior globalização¹, provocada pela livre circulação de pessoas e bens, tecnologias de informação e a grande internacionalização das empresas, tem vindo a desafiar uma grande necessidade de harmonização contabilística, visto que o mercado se tornou mais complexo e competitivo.

A harmonização pode ser definida, de acordo com Nobes and Alexander (1994), como o processo que tem por objetivo promover a compatibilidade das práticas contabilísticas, mediante o estabelecimento de limites ao seu grau de variação.

Para a contabilidade, por não ser uma ciência exata, a forma “certa” depende, em grande medida, da perspectiva de cada um, o que faz que seja importante a existência de harmonização como forma de garantir que a informação sirva de base à tomada de decisões económicas por parte de todos os *stakeholders*, sendo esta informação comparável, relevante, fiável e compreensível a nível mundial.

Os diferentes organismos de regulação contabilística têm vindo a promover a harmonização financeira comparável entre os diferentes países. Os projetos internacionais de harmonização contabilística encontram-se orientados para a tomada de decisões de harmonização das normas da contabilidade como mecanismo para gerar informação fiável (Lehman, 2005).

Apesar da grande necessidade de existir harmonização contabilística em que as multinacionais, as instituições financeiras de grande dimensão, o International Accounting Standards Board (IASB) e a União Europeia (UE) são os principais

¹ O fenómeno da globalização pode ser entendido como o processo pelo qual os mercados e a produção de diferentes continentes se tornam crescentemente interdependentes, em consequência do desenvolvimento do comércio internacional de bens e serviços, dos fluxos de capital e das transferências de tecnologia.

interessados, este processo também provocou alguns obstáculos. Na tabela abaixo são apresentadas algumas das vantagens e desvantagens da harmonização.

Tabela 1 – Vantagens e desvantagens da Harmonização Contabilística

Vantagens da Harmonização Contabilística	Desvantagens da Harmonização Contabilística
Maior facilidade das transações internacionais do custo de capital.	O impacto económico das práticas, na medida em que a harmonização contabilística tende a diminuir a importância dos interesses de grupos específicos dos países.
Maior familiaridade com as práticas contabilísticas dos outros países e dedução do leque de alternativas entre eles.	A resistência dos países em abdicar do seu normativo nacional a favor de uma regulamentação internacional definida exteriormente.
Melhor comunicação empresarial e diminuição da ambiguidade na interpretação da informação financeira.	A ausência de organismos profissionais fortes em diversos países, que influenciem o processo de desenvolvimento da contabilidade internacional.
Maior facilidade na consolidação de contas das empresas multinacionais.	As diferenças económicas, políticas, legais e culturais de cada país provocando uma imposição desajustada para certos países.
Maior comparabilidade das demonstrações financeiras de empresas de diferentes países para análise de investimento ou de créditos.	
Eliminação dos custos de transposição.	

Fonte: Extraído e adaptado de Pereira e al.(2009)

A resistência dos países em abdicar do seu normativo está muito relacionada com as tradições contabilísticas de cada país. Nobes (1996b), agrupa os países em dois blocos: o bloco anglo-saxónico e o bloco continental. O primeiro é constituído por países como os Estados Unidos da América, o Reino Unido, o Canadá, a Dinamarca, a Holanda e a Nova Zelândia e o segundo pela Alemanha, França, Itália, Japão, Bélgica, Grécia, Portugal entre outros. Segundo o autor, esta diferença baseia-se no tipo de financiamento das empresas. No primeiro bloco as empresas são financiadas por investidores externos, o que implica uma maior necessidade de informação. No segundo bloco, as empresas são principalmente financiadas por bancos, Estado ou pequenos grupos financeiros familiares o que faz com que haja uma maior proximidade da empresa face aos seus investidores, que vão requerer uma menor quantidade de informação nas demonstrações financeiras.

A fiscalidade também tem um grande papel na diferenciação entre estes dois blocos, pois os países continentais têm o Estado como um sócio “transparente” devido à permanência dos impostos na contabilidade e à sobreposição que a fiscalidade tem sobre a contabilidade. No entanto, nos países anglo-saxónicos, o relato financeiro é gerado no sentido de ser útil para os mercados de capitais havendo desta forma uma separação entre a fiscalidade e a contabilidade. Os utilizadores da informação financeira no primeiro bloco pretendem obter uma informação em função da tributação, enquanto que

os segundos pretendem obter uma informação mais verdadeira e que transpareça a situação financeira da empresa.

A constituição, em 1973, do International Accounting Standards Committee (IASC), que posteriormente foi substituído pelo IASB, é um dos exemplos da concretização da possibilidade de harmonizar as normas. Os organismos fundadores foram organizações profissionais oriundas de países como a Alemanha, Austrália, Canadá, Estados Unidos da América, França, Japão, México, Holanda, Reino Unido e Irlanda, para fazer face à necessidade de harmonização contabilística.

A UE foi outra das entidades reguladoras da contabilidade. A UE emitiu várias diretivas como instrumento de harmonização contabilística. A 4ª e a 7ª diretivas são consideradas as mais importantes em termos contabilísticos. A 4ª diretiva (78/660/CEE) tem como objetivo atingir a harmonização na preparação, apresentação, auditoria e publicidade das contas anuais das sociedades. Segundo Hulle (1992), esta diretiva, demonstra uma grande diversidade de estruturas legais e institucionais nos diferentes países o que condiciona o desenvolvimento da harmonização. A 7ª diretiva (83/349/CEE) refere os procedimentos de consolidação de contas.

O setor agrícola, sendo um dos setores mais importantes da economia mundial, teve a necessidade de harmonizar a contabilidade emitindo a IAS 41. Esta norma veio introduzir um novo tratamento para os ativos biológicos, implementando o conceito de justo valor.

A adesão de Portugal na UE levou à obrigatoriedade de ajuste nos normativos a nível contabilístico. Com isto, também o setor agrícola acompanhou o processo de harmonização contabilística a nível da UE e do mundo. A partir de 1 de Janeiro de 2010 passou a existir uma NCRF para o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos e de produtos agrícolas no ponto de colheita, visando proporcionar uma maior uniformidade no tratamento das atividades agrícolas.

1.1 Evolução da IAS 41/ NCRF 17

O IASC publicou, em dezembro de 1999, a ExposureDraft 65² que propunha o tratamento contabilístico dos aspetos relacionados com o setor agrícola, para ser

² Exposure Draft (Proposta de Norma) é o documento prévio à emissão de uma Norma Internacional de Contabilidade a emitir pelo IASC.

comentado até 31 de janeiro de 2000. O documento foi aprovado em dezembro de 2000 pelo IASB passando a ser definido pela IAS 41, que passou a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2003.

Na União Europeia, as normas do IASB foram adotadas através do Regulamento (CE) 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho. Este regulamento “introduziu o requisito de que, a partir de 2005, todas as sociedades cotadas elaborem as suas contas consolidadas em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas para efeitos de aplicação na Comunidade. O regulamento concede também aos Estados-Membros a faculdade de permitirem ou exigirem às mesmas sociedades a aplicação das NIC para efeitos de elaboração das contas anuais e de permitirem ou exigirem a aplicação das NIC pelas sociedades não cotadas” Jornal Oficial da União Europeia (2003, pL178/16).

A Norma Internacional de Contabilidade IAS 41- Agricultura foi adotada pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), pelo Regulamento (CE) nº1725/2003 de 21 de setembro da Comissão com as alterações dos Regulamentos (CE) n.º 2236/2004, da Comissão e n.º 2238/2004 e veio servir de base à norma portuguesa NCRF 17- Agricultura-Ativo Biológico.

A IAS 41 e a NCRF 17 têm como objetivo estabelecer o tratamento contabilístico, a apresentação de demonstrações financeiras e as divulgações das mesmas à atividade do setor agrícola. A IAS 41 foi a primeira norma criada especificamente para uma atividade. O justo valor é o critério escolhido como o mais apropriado para a determinação do valor de mercado e para a mensuração dos ativos biológicos.

O motivo que levou à necessidade de normalizar contabilisticamente o setor agrícola foi o facto de este tipo de atividade ter particularidades distintas das demais atividades. Uma dessas características é a obtenção de produtos decorrentes do crescimento vegetativo e biológico, que consiste na capacidade que as plantas e os animais têm para autogerarem a sua produção e crescimento através de sucessivos ciclos produtivos, fazendo com que o detentor dos ativos biológicos não consiga determinar se um certo ativo no final do exercício está em fase de crescimento, de produção ou terminado, uma vez que são processos que variam consoante as alterações climáticas, os ciclos de crescimento, o ambiente, o local e até mesmo as alterações que decorrem constantemente no nosso planeta.

O Regulamento (CE) 2113/2015 da Comissão de 23 de novembro introduziu várias alterações à IAS 41, nos §1 a 5, 8, 24 e 44 e aditou os §5A-5C e 62-63. A principal alteração da norma é a exclusão das plantas de produção, passando estas a ser mensuradas segundo a IAS 16 – Ativos Fixo Tangíveis.

Apesar do âmbito da IAS 41 deixar de contemplar as plantas de produção, continua a abranger os produtos obtidos dessas plantas, como por exemplo uma árvore de chá que é reconhecida no âmbito da IAS 16, mas as suas folhas, que dão origem ao chá, até ao ponto de colheita são reconhecidas e mensuradas segundo as regras impostas pela IAS 41. No §5A é-nos dado um exemplo de algumas plantas que não são consideradas de produção, tais como árvores cultivadas para a utilização da madeira e o cultivo de cereais.

O SNC foi aprovado através do Decreto-Lei (DL) n.º 158/2009 de 13 de julho e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2010. Este Decreto-Lei veio revogar o Plano Oficial de Contabilidade (POC), normativo aprovado através do Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro. Segundo o preâmbulo do referido DL, o SNC veio modernizar a contabilidade portuguesa. Esta atualização resultou das alterações ocorridas na União Europeia, visando principalmente a harmonização contabilística.

Com a entrada em vigor do SNC foi publicada uma norma dedicada à contabilização dos ativos biológicos de produtos agrícolas no ponto de colheita que é a NCRF 17 – Agricultura, a qual tem por base a IAS 41.

A 1 de janeiro de 2016 tanto a IAS 41 como a NCRF 17, sofreram algumas alterações. Apesar das alterações terem entrado em vigor na mesma data, a NCRF 17 tem por base o Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro, enquanto a IAS 41, atualmente em vigor, tem por base o Regulamento (CE) 2113/2015 da Comissão Europeia publicada a 23 de novembro de 2015.

Em 2015, o normativo contabilístico português foi revisto para integrar as alterações introduzidas pela Nova Directiva da Contabilidade, Directiva 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho e revoga as Diretivas 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho. A NCRF 17 foi revista tendo como alteração a definição de produto agrícola e a introdução de

custos de alienação. Foi eliminado o §15 onde eram mencionadas as rubricas que entravam nos custos estimados para o ponto de venda. Outra das alterações foi no §35 atual que aborda os subsídios, os §38 e 39 da NCRF 17 que vigoraram até 1 de janeiro de 2016, foram excluídos.

1.2 Tratamento contabilístico da IAS 41/NCRF 17

A NCRF 17 – Agricultura regula o tratamento contabilístico dos ativos biológicos seguindo a estrutura da Norma Internacional de Contabilidade, IAS 41 – Agricultura, adotada pelo texto original do Regulamento (CE) nº 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro.

A IAS 41 e a NCRF 17 são ambas normas de tratamento contabilístico da atividade agrícola, mas as empresas consoante as suas características aplicam o normativo português ou o normativo internacional.

O SNC refere que todas as empresas que sejam cotadas em bolsa de valores têm que aplicar as normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS), tal como as adotadas na União Europeia.

1.2.1 Âmbito

Segundo o § 3 da IAS 41, a norma estabelece como âmbito o tratamento contabilístico durante o período de crescimento, durante a degeneração da produção e procriação de ativos biológicos, bem como a mensuração inicial dos produtos agrícolas no ponto de colheita. Após este ponto os produtos agrícolas passam a estar no âmbito da NCRF 7/ IAS 2 - Inventários.

O §1 refere que a norma é aplicada a ativos biológicos (bovinos, pomares, peixes de aquacultura), produtos agrícolas no ponto de colheita (frutos antes da colheita e cereais) e subsídios governamentais relacionados com ativos biológicos (subsídio à produção de leite).

Todos os recursos geradores de benefícios económicos futuros que não tenham como objetivo serem consumidos, produzir-se ou não estejam relacionados com a produção agrícola, como é o exemplo dos terrenos de cultivo a IAS 41/ NCRF 17 não é aplicável, mas sim a IAS 16/NCRF 7 – Ativos Fixos Tangíveis e a IAS 40/ NCRF 11 – Propriedades de Investimento.

A IAS 41 também não se aplica a plantas destinadas à produção que estejam relacionadas com a atividade agrícola nem aos subsídios relacionados com estas plantas, sendo esta uma das recentes alterações da norma, conforme referido no ponto 1.2. Esta é a grande diferença entre a norma nacional e a internacional, pois estas plantas no Normativo Português são reconhecidas no âmbito da NCRF 17.

As plantas destinadas à produção são, segundo o §5 da IAS 41, plantas vivas que:

- a) sejam utilizadas na produção ou fornecimento de produtos agrícolas;
- b) que forneçam produtos agrícolas por um período que se espera ser superior a um ano;
- c) tenham probabilidade remota de ser vendidas como produto agrícola, com exceção de vendas ocasionais de resíduos.

São exemplos deste tipo de plantas as videiras e as palmeiras, uma vez que este tipo de plantas são meios de produção ao longo de vários anos e no final da sua vida útil são inutilizáveis. Chegando ao fim da sua vida produtiva, estas plantas tem um valor residual baixo ou até mesmo nulo.

Segundo o §5A da IAS 41, não são consideradas plantas destinadas à produção:

- a) plantas cultivadas cuja finalidade é a sua utilização como produto agrícola (por exemplo, árvores cultivadas para utilização da madeira);
- b) plantas cultivadas pelo seu produto agrícola. Caso exista uma probabilidade mais que remota de que a entidade irá também colher e vender a planta como produto agrícola, exceto em vendas ocasionais de resíduos (por exemplo, árvores cultivadas tanto pelos seus frutos como pela madeira);
- c) culturas anuais (por exemplo, milho e trigo).

Os ativos intangíveis relacionados com a atividade agrícola também se encontram fora do âmbito da norma devendo ser utilizada a IAS 38/NCRF 6 – Ativos Intangíveis para o seu reconhecimento e mensuração.

1.2.2 Classificação dos ativos biológicos

A IAS 41 e a NCRF 17 estabelecem duas classificações para os ativos biológicos: (1) consumíveis e de produção e (2) maduros e imaturos.

No que diz respeito às primeiras classificações (§44 IAS 41) consideram-se ativos biológicos consumíveis aqueles que estejam no ponto de colheita ou para ser vendidos como ativos biológicos, isto é, aqueles que se extingam após cada colheita. Como exemplo deste tipo de ativos temos animais destinados à produção de carne e colheitas como o milho. Os ativos biológicos de produção são aqueles que não são produtos agrícolas, tais como os animais destinados à reprodução, gado produtor de leite, aves que produzem ovos, etc.

Na segunda classificação (§45 IAS 41) são considerados ativos biológicos maduros (adultos) aqueles que estejam aptos a ser colhidos (ativos biológicos consumíveis) ou que sejam capazes de sustentar colheitas frequentes (ativos biológicos de produção). Os ativos biológicos imaturos (jovens) são aqueles que ainda não reúnem as condições anteriormente referidas.

1.2.3 Mensuração e Reconhecimento

Um ativo biológico ou um produto agrícola deve ser reconhecido como tal quando seja controlado³ pela entidade que o detém como consequência de acontecimentos passados, sendo provável que venha a gerar benefícios económicos futuros e seja mensurado com fiabilidade (§10 IAS 41).

Segundo o §12 da IAS 41 a mensuração dos ativos biológicos está assente no modelo do justo valor menos os custos estimados para a alienação. O justo valor é “a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso numa transação em que não exista relacionamento entre elas”. Os custos estimados no ponto de venda considerados, de acordo com o §14 da IAS 41, são:

- comissões a corretores e negociadores;
- taxas de agências reguladoras e de bolsas de mercadorias;
- taxas de transferência e direitos.

Estes custos excluem os custos de transporte e os custos que são necessários para levar os ativos ao mercado.

³ O controlo pode ser evidenciado, por exemplo, pela posse de peixes de viveiro, pois sem intervenção do homem estes não iriam nascer ali, pelo oposto os peixes que nascem no mar não são controlados pelo homem e, por sua vez, não satisfazem as condições de classificação de ativos biológicos.

Segundo o §15 da IAS 41 e §16 da NCRF 17, a estimativa do justo valor pode ser facilitada pelo agrupamento de ativos biológicos ou de produtos agrícolas de acordo com as suas características. Uma entidade seleciona essas características, que correspondem às usadas no mercado, para facilitar a estimativa do justo valor. Por exemplo, não existe valor de mercado para uma abelha, mas sim para uma colmeia.

A mensuração de determinados ativos pode suscitar alguns problemas. Para alguns ativos, com características específicas, os preços de mercado podem momentaneamente não estar disponíveis. É o que ocorre por exemplo no Sistema de Informação de Mercados Agrícolas (SIMA)⁴, pois não prevê a cotação para uma vaca preta. Segundo o §20 da IAS 41, nestas situações, a empresa deverá utilizar o valor presente dos fluxos de caixa líquidos de um ativo, descontados por uma taxa pré-imposto determinada no mercado corrente na estimativa do justo valor.

A aplicação do modelo do justo valor é regra, mas como *não há regra sem exceção*, quando é impossível ou pouco fiável a determinação do justo valor. Segundo o §30 da IAS 41, os ativos biológicos no reconhecimento inicial podem ser mensurados pelo modelo dos custos⁵ menos qualquer depreciação ou perdas por imparidade acumuladas. Assim que for possível determinar o justo valor, fiavelmente, dos ativos que até aquela data eram mensurados pelo modelo do custo aqueles devem passar a ser mensurados pelo modelo do justo valor. “A mensuração ao justo valor levantará sempre problemas de alguma complexidade, o que nos faz pensar que a solução mais ajustada para a relevância contabilística das operações que envolvem ativos biológicos e produtos agrícolas passe pela imputação aos ativos dos custos com a sua formação, crescimento e apanha, e a utilização do justo valor surja de forma supletiva e não como modelo de referência.” (Pires & Rodrigues, 2008) .

1.2.3.1 Justo Valor (IFRS 13)

De acordo com a International Financial Reporting Standards (IFRS) 13, o justo valor é definido como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração”.

⁴ Sistema de Informação de Mercados Agrícolas: Bolsa de referência para o mercado agrícola Português.

⁵ A entidade ao aplicar o modelo do custo deve ter por base a NCRF 7- Ativos Fixos Tangíveis, NCRF 18- Inventários e a NCRF 12-Imparidade de Ativos.

A estimativa do justo valor pode ser simplificada com o agrupamento de ativos biológicos consoante características idênticas. Segundo o §15 da IAS 41, estas características devem ser escolhidas consoante o mercado que é utilizado como referência para a mensuração do justo valor.

De acordo com o §17 da IAS 41, se existir um mercado ativo para os ativos biológicos ou produtos agrícolas, o preço indicado por essa cotação de mercado será o mais apropriado para a estimativa do justo valor. Quando existe mais do que um mercado ativo, a empresa deve optar por aquele que for mais semelhante ao seu negócio. Por exemplo, em Portugal as cotações de mercado de referência para o setor agropecuário é o SIMA, mas muitas empresas, devido à proximidade e comparabilidade do mercado, optam por utilizar bolsas de cotação espanholas. O que leva as empresas a optar por outra bolsa é o facto de uma determinada bolsa ser mais representativa da realidade que outra, a exemplo disso, o facto do SIMA não diferenciar todas as raças de bovinos. No entanto, existem outras bolsas mais específicas para uma determinada raça (a bolsa pode ser nacional ou não) ou para uma determinada característica do ativo biológico.

De acordo com o §18 da IAS 41, nas situações de existência de um mercado ativo a empresa deve utilizar um ou mais dos seguintes fatores para a determinação do justo valor:

- (a) o preço mais recente de transacção no mercado, desde que não tenham ocorrido alterações significativas nas conjunturas económicas entre a data dessa transacção e a data do balanço;
- (b) os preços de mercado de ativos idênticos com ajustamento para reflectir diferenças;
- (c) referências do setor, tais como o valor dos bovinos expressos em kg.

Em suma, o justo valor é o valor adequado à mensuração de ativos transacionados em mercados ativos, mas a inexistência desse mercado pode condicionar a fiabilidade das mensurações ao justo valor.

1.2.3.2 Ganhos e perdas

Os ganhos e as perdas provenientes do reconhecimento inicial dos ativos biológicos, de acordo com §26 da IAS 41, são incluídos no resultado líquido do período em que ocorram.

A mensuração de ativos biológicos pode gerar ganhos e perdas em diferentes etapas:

- a) no momento da aquisição: os bens são registados pelo seu justo valor menos os custos de vender, este valor pode gerar um ganho se for superior ao valor de aquisição ou uma perda se for inferior ao valor de aquisição;
- b) na obtenção de um ativo por intermédio de outro: por exemplo o nascimento de um bezerro origina um ganho do período;
- c) no aparecimento de um produto agrícola.

1.2.4 Subsídios

Os rendimentos das empresas agrícolas, na atualidade, não provêm apenas da comercialização de ativos biológicos e de produtos agrícolas, visto que, os subsídios e todos os incentivos atribuídos pelas entidades públicas são também um dos grandes “motores” das empresas.

Estes subsídios foram subdivididos por Mendes (2010), em dois tipos:

- 1) subsídio governamental que se relaciona com um ativo biológico, mensurado pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda;
- 2) subsídio governamental que se relacione com um ativo biológico mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada a quaisquer perdas por imparidade acumulada.

Ambos os subsídios são extremamente importantes para o desenvolvimento da atividade agrícola, mas apenas o subsídio governamental que se relacione com um ativo biológico mensurado pelo justo valor menos os custos estimados no ponto de venda está no âmbito da IAS 41/ NCRF 17. O subsídio governamental que se relaciona com um ativo biológico mensurado pelo seu custo menos qualquer depreciação acumulada a quaisquer perdas por imparidade acumulada está enquadrado no âmbito da NCRF 22 / IAS 20.

A IAS 41 /NCRF 17 subdivide os subsídios em incondicionais e condicionais. Os primeiros são reconhecidos assim que se tornem recebíveis, segundo § 34 da IAS 41, e os condicionais são mensurados apenas quando estejam satisfeitas todas as condições exigidas segundo o §35 da NCRF 17.

Em certas situações, não é suficiente que estejam cumpridas todas as condições, como por exemplo, um subsídio que seja atribuído a uma plantação por 10 anos e ao fim de 5 anos ocorre um incêndio e acabe por ficar destruída. Nestas situações, segundo o §36 da

IAS 41, o subsídio apenas pode ser reconhecido após os 10 anos, pois apesar de já ter sido recebido não pode reconhecer o ganho, visto que esta condição não foi cumprida e o sujeito pode vir a ter que reembolsar o subsídio.

1.2.5 Divulgações exigidas pela IAS 41

A IAS 41 nos seus §40 a §57 refere como detalhar as divulgações gerais da forma mais adequada para os ativos biológicos e produtos agrícolas.

Os aspetos a ser divulgados devem ser:

- justo valor menos os custos de vender (§40 da IAS 41);
- metodologia utilizada para mensurar o justo valor (§47 da IAS 41);
- resultado entre os saldos iniciais e finais (§50 da IAS 41);
- descrição de cada grupo de ativos biológicos (§41 da IAS 41);
- distinção entre ativos biológicos consumíveis e de produção (§44 da IAS 41);
- distinção entre ativos biológicos adultos e juvenis (§45 da IAS 41);
- quantia escriturada dos ativos biológicos (§49 da IAS 41);
- ganhos e perdas provenientes do reconhecimento inicial ou alterações no justo valor (§40 da IAS 41);
- situações em que não é possível mensurar de forma fiável o justo valor (§54 a 56).

As divulgações de informações sobre ativos biológicos e produtos agrícolas exigidos pela IAS 41 permitem às entidades avaliar, informar e determinar as divulgações que reconhecem como pertinentes e imprescindíveis para a transparência das informações apresentadas aos utentes internos e externos das demonstrações financeiras.

2 Revisão da Literatura

Segundo Medeiros (2009), a contabilidade das empresas agrícolas tem sofrido diversas alterações, tendo por base a procura constante da harmonização. Com esta procura surgiram muitas dúvidas e foram elaborados alguns estudos para obter a harmonização e comparação das demonstrações financeiras que possuem ativos biológicos e produtos agrícolas.

2.1 Problemáticas IAS 41 / NCRF 17

Com a entrada em vigor da IAS 41, em 2003, surgiram vários estudos em torno da norma e das problemáticas da sua aplicação. Burneside (2005), no seu estudo sobre a indústria florestal refere que nenhuma das empresas do seu estudo adotaria a IAS 41 se esta não fosse obrigatória. O que demonstra uma falta de concordância com o estipulado na norma devido às estimativas e suposições que a norma exige.

Segundo Aryanto (2011), o impacto da adoção da IAS 41 não foi tão positivo quanto o esperado, pois gerou uma volatilidade substancial nos retornos dos investimentos, influenciando os processos de tomada de decisão e distorcendo os níveis de comparabilidade financeira das empresas.

Segundo Rodrigues (2015), a atividade agrícola tem particularidades muito próprias que representam um desafio para os especialistas em contabilidade, tais como a definição dos ciclos de produção, a atribuição de custos entre vários períodos e o tratamento de informação de animais e plantas. Tal como Pires e Rodrigues (2008) referem, nem todos os conceitos da norma lhe parecem transparentes, como no caso das culturas de produção de madeiras. No entender dos autores, uma plantação de árvores deve ser considerada como inventário em curso de produção visto que tem um único ponto de colheita e não cumpre a definição de ativo biológico dada pelo IAS 41⁶. Concluindo-se assim que cada atividade agrícola tem as suas particularidades.

Outro dos aspetos condicionadores da aplicação da norma é o facto do conhecimento da norma ainda não ser igual em todos os pontos do mundo. Segundo Gonçalves e Lopes

⁶ Ativo suscetível de ser usado e de poder fruir em vários e sucessivos ciclos de exploração.

(2015), as empresas dos países desenvolvidos estão mais aptas à mensuração dos ativos biológicos pelo justo valor. Apesar desta afirmação, nestes países também têm surgido diversos pontos de vista. Os profissionais de contabilidade, na sua esmagadora maioria, defendem que o custo histórico representa mais a realidade do que o justo valor. Elad and Herbohn (2011), compararam a adoção da norma, questionando auditores e contabilistas de países como o Reino Unido, França e Austrália, tendo concluído que o custo histórico é a base de avaliação mais utilizada por ambos os países. Relativamente aos níveis de utilização do modelo de custo, em França verificaram-se os níveis mais elevados, enquanto que na Austrália se verificaram os níveis mais baixos. Desta forma a Austrália, tem um maior nível de conhecimento relativo ao justo valor.

Apesar das várias críticas apresentadas, a norma cada vez é mais aplicada e as empresas com valores cotados são aquelas que a seguem com maior rigor, devido às suas obrigações nas apresentações de contas. Gonçalves e Lopes (2015) estudaram as práticas de mensuração dos ativos biológicos e seus produtos com base na teoria das escolhas contabilísticas. Na sua análise a 321 empresas concluíram que a adoção do justo valor para os ativos biológicos estava positivamente⁷ influenciada pela intensidade dos ativos biológicos (ativos biológicos/ativos totais x 100), dimensão da empresa, estatuto de cotada, regulação e setor. Pelo contrário, Azevedo (2004) no seu estudo a 255 pequenas e médias empresas concluiu que a dimensão da empresa não tinha influência no impacto da IAS 41 nem na sua aplicabilidade.

Em Portugal, o justo valor para o setor agrícola é estimado na maior parte das vezes com base na utilização do SIMA⁸, que tem por objetivo acompanhar este tipo de mercado para recolher informações sobre o mesmo e os seus agentes, proporcionando os preços dos produtos agrícolas e uma análise do mercado. Embora forneça muita informação ao setor, esta ainda não é suficiente, visto que este sistema de informação não engloba algumas atividades como é o caso da aquacultura, da apicultura, criação de árvores para madeira, etc.

⁷ Teoria Positiva - Forma como uma prática contabilística é escolhida em detrimento de outra para satisfazer os interesses da empresa.

⁸ O SIMA é da responsabilidade do Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral (GPP) e tem por missão apoiar a definição das linhas estratégicas, das prioridades e dos objetivos das políticas do "Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural" (MAFDR) e do "Ministério do Mar". Os setores acompanhados pelo SIMA são frutos frescos, frutos secos e secados, hortícolas, flores e folhagens, azeite e azeitona, cortiça, cereais, girassol, bovinos, ovinos, caprinos, suínos, coelhos, aves, ovos, leite e produtos lácteos.

Tal como sobre o justo valor, também a opinião sobre a fiabilidade do SIMA gera algumas controvérsias. Vasconcelos (2012), no seu estudo de caso do setor leiteiro, refere que o justo valor em Portugal é dado pelo SIMA e pelos negociantes de animais, apresentando estas duas fontes diferenças estatísticas no apuramento do justo valor, o que torna assim as informações financeiras incomparáveis e com pouca fiabilidade. Em oposição, Almeida (2012), no seu estudo do setor da Olivicultura refere que as cotações oficiais do SIMA são as mais fiáveis.

2.2 Justo valor

O justo valor e a sua aplicação suscitaram sempre opiniões muito díspares. Por exemplo, Ferreira (2008) considera que o justo valor nos levaria a inscrever na contabilidade elementos demasiado fluíveis e de estimativas baseadas num número elevado de pressupostos. Pelo contrário, Duque (2008) defendia a aplicação do justo valor afirmando que “(...) é a forma mais lúcida e transparente de divulgar o que temos e o que valemos. Este autor considera que o justo valor obriga à divulgação da verdade, aumenta a exigência técnica dos contabilistas, dos auditores e dos analistas. (...). Por muito que o justo valor esteja errado, ele será seguramente mais justo e mais próximo do certo do que os valores históricos que se registam no balanço.”

Um dos principais problemas apresentado na aplicação da norma é a de que a estimativa do justo valor nem sempre pode ser calculada de forma igual, o que faz com que muitas vezes as demonstrações dos resultados não sejam comparáveis entre empresas. Palavecinos y Azúa (2006) concluíram, num estudo que teve por objeto de estudo os diferentes países da América Latina, que todos os países estudados usam diferentes critérios de medição do justo valor.

O facto das alterações da mensuração inicial ou as variações do justo valor serem consideradas como ganhos ou perdas é um dos motivos pelo qual alguns autores a não estarem a favor da mensuração ao justo valor. Como Sá (2009) referiu, a “aplicação do denominado «Valor Justo» é porta aberta ao subjetivo, à aludida «volatilidade», à dança dos lucros e perdas pelos ajustes, esta tão ardilosamente executada pelos especuladores.”

A adoção do justo valor na mensuração dos ativos biológicos não é uma opção dos preparadores da informação financeira, mas sim porque a norma o impõe. Segundo Christensen and Nikolaev (2013), o justo valor não se aplica à teoria das escolhas

contabilísticas pois a norma não permite a opção entre a mensuração ao justo valor ou o modelo do custo. A escolha de políticas de valorização não pode ser considerada livre quando existe um mercado ativo, uma vez que a norma refere claramente que sempre que existe um mercado ativo a mensuração dos ativos biológicos e dos produtos agrícolas é ao justo valor.

Têm sido desenvolvidos diversos estudos sobre a forma como determinar o justo valor de um modo mais fiável e representativo da realidade, tentando criar fórmulas matemáticas para a determinação do justo valor. Huffman (2015), com o seu estudo pretendia averiguar se a determinação do valor do uso do ativo biológico era importante na tomada de decisão para a determinação do justo valor, tendo concluído que a sua determinação pode influenciar, embora não consiga solucionar a problemática, uma vez que este método de determinação continua a ser baseado em estatísticas.

A importância que o método de mensuração do justo valor tem na tomada de decisões financeiras também foi investigada por Celis (2010) no seu estudo de caso na Empresa Alimentos, S.A., referindo que a mensuração ao justo valor é fundamental para a tomada de decisão. Os resultados daquela investigação mostram que é imprescindível devido à constante alteração dos ativos. Pelo contrário Elad and Herbohn (2011) referem na sua investigação que o justo valor aumenta a volatilidade dos resultados.

A falta de conhecimentos na aplicação da IAS 41/NCRF 17 pelas empresas e pelos preparadores financeiros pode justificar alguns dos problemas que têm sido apresentados. Segundo Fernandes e Azevedo (2010), os contabilistas são da opinião que o custo histórico é mais adequado, mas que o justo valor transmite uma imagem mais verdadeira e apropriada. Demonstra-se assim que a dificuldade está na determinação do justo valor e não na aplicação da norma.

Para Argilés, Blandone and Monlau (2011) e para Malis and al. (2016) a determinação do justo valor tem um custo inaceitável para a atividade agrícola pois, como justifica Palavecinos y Azúa (2006), a determinação do justo valor tem gastos administrativos elevados devido à constante estimativa que o justo valor exige.

Em Portugal, um dos maiores entraves encontrados à utilização do justo valor é o facto do justo valor referente aos ativos biológicos de produção não ser aceite fiscalmente. Amorim (2011), refere que “no caso dos ativos biológicos de produção que tenham sido mensurados ao justo valor, estes passam a ser fiscalmente valorizados ao custo de

aquisição. Os ganhos ou perdas resultantes do justo valor não concorrem para a formação do lucro tributável. O resultado fiscal (mais ou menos-valias) é apurado com base no custo histórico e não no justo valor. Quanto aos produtos agrícolas colhidos de ativos biológicos (inventários), valorizados ao preço de venda no momento da colheita deduzidos dos custos para venda, prevê-se que a sua mensuração, para efeitos de determinação do lucro tributável, se faça com base nos preços de venda no momento da colheita, deduzidos dos custos estimados no ponto de venda, excluindo os de transporte e outros necessários para colocar os produtos no mercado.”

Em suma, existem três óticas no que diz respeito à mensuração de ativos ao justo valor.

Tabela 2 - Opinião dos autores sobre o justo valor

Opinião	Autores
A Favor	Duque (2008), Celis, A. (2010)
Contra	Ferreira (2008), Sá (2009), Elad and Herbohn (2011)
A favor mas que o trabalho exigido por este tipo de mensuração não compensa o retorno dela	Argilés and al. (2011), Malis and al. (2016), Palavecinos y Azúa (2006)

Fonte: Elaboração própria

2.3 Existência vs Inexistência de Mercado Ativo

Nem todos os setores agrícolas têm um mercado ativo, o que faz com que haja uma elevada complexidade na aplicação da norma. De acordo com Elad (2004), apesar de o justo valor se apresentar como uma fórmula simples, o mesmo não revela um valor acrescentado quando não existe um mercado ativo para um ativo biológico. Nem sempre a existência de cotação de mercado para uma determinada área da agricultura é suficiente, pois dentro da mesma área de negócio todas as empresas e os respetivos ativos biológicos têm as suas próprias características. Brito (2010), no estudo de caso sobre a aplicação do justo valor aos ativos biológicos e produtos agrícolas da pecuária bovina, refere que quando existe um mercado ativo são identificadas as características físicas: idade, raça, peso, etc.. Na inexistência de mercado ativo para uma das características pode ser usado o preço das carcaças de carne de bovino.

A norma contempla uma solução para a determinação do justo valor de um ativo biológico, quando não existe preços de mercado, que consiste na utilização do valor

presente dos fluxos de caixa líquido de um ativo descontados a uma taxa antes de impostos. Arboleda y Usuga (2018), no seu estudo referem que não existiam preços de mercado para a pêra abacate em fase de produção. Estes verificaram que o justo valor era estimado através do valor atual dos fluxos de caixa esperado do ativo descontados a um tipo de taxa antes de imposto definidos pelo mercado, que, para a aplicação do seu estudo, a taxa utilizada foi taxa de fluxos esperados de 32,49% (Taxa do WACC⁹) e uma taxa de desconto ao valor atual de 3,5% como taxa projetada da inflação acumulada a 2019, baseada na Corporación Financiera Colombiana S.A.

Mesmo na situação de existência de mercados ativos existem autores, como Arimany et al. (2013), que mostram que, baseados na realidade espanhola, as empresas não utilizam o justo valor para os ativos biológicos e produtos agrícolas, mesmo quando se está na presença de mercados ativos, justificando esta decisão na medida em que a medição pode não ser fiável.

Em suma, os autores referidos anteriormente apresentam como uma das principais críticas à aplicação do justo valor o facto da não existência de um mercado ativo para todos os ativos biológicos ou até mesmo para um ativo biológico com uma determinada característica.

2.4 Estudos da aplicação da IAS 41/ NCRF 17 no setor agropecuário

Brito (2010), efetuou um estudo acerca da subjetividade do justo valor realizando um estudo de caso numa empresa agropecuária de bovinos. Estudou a aplicação do justo valor nas diferentes fases da vida dos animais com base na bolsa de Beefpoint, uma empresa de cotações brasileira. No seu estudo refere a possibilidade de mensurar os bovinos ao justo valor apenas porque existe um mercado ativo para este setor de atividade.

No mesmo sentido, Alves and Pascoal (2017) verificaram que a Agropequar, Lda., localizada no distrito de Évora, avalia os seus ativos biológicos com base em cotações de mercado, aplicando o modelo do justo valor como meio de mensuração e reconhecimento. Uma das principais limitações verificadas na aplicação da norma é o facto de existirem diferentes quotizações de mercado de igual forma fiáveis, o que torna

⁹ Weighted Average Cost of Capital (WACC): custo médio ponderado de capital; é uma medida de financiamento de uma empresa ou projeto.

a informação incomparável entre empresas da mesma atividade que apliquem valores de mercados diferentes. Desta forma, vai ao encontro de Vasconcelos (2012), pois para este, diferentes fontes estatísticas utilizadas para o apuramento do justo valor tornam as informações financeiras incomparáveis e com pouca fiabilidade.

Rech et al. (2006) fizeram um estudo quanto à aplicação da IAS 41 na pecuária, tomando em consideração a aplicação do justo valor, em matéria de reconhecimento, mensuração e evidenciação dos factos patrimoniais, concluindo que, tendo por pressuposto um mercado ativo, é aplicável o justo valor ao setor pecuário e que se atinge de forma justa a variação patrimonial durante determinado período. Também Chambel (2011), no seu estudo a uma empresa agropecuária de engorda de suínos, refere que é possível mensurar os ativos biológicos, tal como é definido pela norma, baseando a determinação do justo valor num mercado ativo. Considera que apesar do valor de mercado ser baseado em estimativas é transparente, uma vez que se torna harmonizado para um conjunto de operadores económicos.

2.5 Divulgações

As divulgações efetuadas sobre a IAS 41 também têm sido temas de estudo para alguns autores, uma vez que, mesmo quando a norma é aplicada, os níveis de divulgação podem ser reduzidos. Como é possível verificar no estudo de Martins, Almeida e Jesus (2008) às empresas com valores cotados de diversos países que se dedicam à atividade agrícola, onde foi concluído que dessas empresas menos de 1% aplicavam o modelo do custo, mas que não há divulgações nas notas das demonstrações financeiras referentes à IAS 41.

Abreu (2015), refere que os níveis de divulgação acerca da IAS 41 nas empresas cotadas são muito díspares apesar da sua obrigatoriedade, tendo verificado que a variação do valor do ativo entre o início do exercício e o final é explicado com grande clareza e que na sua maioria ignoram a exigência de divulgar com que intervalo aplicam as estimativas do justo valor.

Visberg and Parts (2016) analisaram 72 empresas do setor leiteiro na Estónia, estudando o reconhecimento dos seus ativos biológicos nos seus relatórios e contas. Concluíram que existe conformidade das práticas contabilísticas das referidas entidades com o normativo do país. As divulgações referiam o reconhecimento destes ativos ao justo

valor, no entanto, em cerca de 44% dos casos não evidenciavam os requisitos para a sua determinação.

Ventura (2015), no seu estudo, pretendia avaliar o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação abrangidos na NCRF 17. Após a análise de 9 empresas portuguesas, concluiu que há uma falta de conhecimento da norma por parte das empresas e dos contabilistas no que diz respeito ao tratamento dos ativos biológicos.

As diferentes práticas de divulgação da norma podem ser explicadas pela teoria da agência¹⁰ (Jensen and Meckling, 1976) ou pela teoria da sinalização¹¹ (Morris, 1987). Para além destas duas teorias, a teoria da agência juntamente com a teoria da escolha contabilística¹² (Fields et al., 2001; Watts, 1992; Zmijewski and Hagerman, 1981) definem as determinantes das práticas de mensuração ao nível da empresa. No que diz respeito à aplicação da IAS 41, a teoria das escolhas contabilísticas corresponde a um preparador da informação financeira poder optar pela teoria do custo histórico em vez da aplicação do justo valor. Por fim, a relevância do valor dos ativos biológicos sob a IAS 41 é apoiada pela teoria da informação assimétrica (Glaum et al., 2013; Hitz, 2007; Healy and Papelu, 2001)¹³, tal como Vasconcelos (2012), refere poder haver “grande disparidade de valorizações do efetivo”, implicando a ausência de comparabilidade entre os resultados obtidos por diferentes empresas.

¹⁰ Teoria da Agência: baseia-se na análise dos conflitos surgidos no mundo empresarial originados pela divergência de interesses dos diversos agentes que de forma direta nela participam.

¹¹ Teoria da Sinalização: a teoria da sinalização trata os problemas de assimetria de informação nos mercados e procura demonstrar como ela pode ser reduzida com sinalização de mais informação.

¹² Teoria da Escolha Contabilística: compreende a escolha de um dos preparadores da informação financeira sobre um método contabilístico em detrimento de outro.

¹³ Teoria das informações assimétricas - conjunto de teorias aplicadas a várias áreas da economia, da gestão e das finanças e que se baseia no pressuposto de que os vários agentes que atuam em determinado mercado não dispõem da mesma informação, ou seja, nos mercados a informação é assimétrica.

3 Metodologia de Investigação

A metodologia escolhida para a investigação foi o método de estudo de caso. Esta abordagem é defendida por vários autores tais como, Yin (1993 e 2005), Stake (1999) para os quais, um estudo de caso pode ser algo definido ou concreto, como um indivíduo, um grupo ou uma organização, mas também pode ser algo menos definido num plano mais abstrato com deliberações, planos, processos de implementação ou alterações organizacionais.

Merino (2010), refere que o estudo de caso “constitui um processo sistemático de recolha, análise e apresentação de dados, para cumprir certas fases atendendo aos objetivos de estudo”. Para obter estes dados devem ser vistas as instalações onde se encontram os intervenientes. Estes podem descrever a informação e completar a descrição dos documentos.

Segundo Bloomberg and Volpe (2008), Rossman and Ralis (2003) e Silverman (2000), as observações do quotidiano oferecem uma profundidade de conhecimento não disponível em pesquisas quantitativas, especialmente em ambientes ou atividades vistas sob a perspetiva do participante.

Como técnicas de pesquisa foram adotadas a pesquisa documental e a entrevista. Segundo Marconi and Lakatos (2007), a pesquisa documental é caracterizada como uma fonte de recolha de dados que engloba os documentos e constrói uma base de estudo. A pesquisa documental é muitas vezes confundida com a pesquisa bibliográfica, mas segundo Oliveira (2007), o fator diferenciador é a sua origem. A pesquisa bibliográfica remete para as investigações de diferentes autores sobre um determinado tema enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam uma análise cuidada, uma vez que não foram tratados cientificamente.

Para Freixo (2011), a entrevista é constituída por um conjunto de enunciados ou de questões, que permitem avaliar atitudes, opiniões dos sujeitos ou recolher outro tipo de informação junto desses.

A investigação realizada tem como base o método do estudo de caso e vai consistir na análise das demonstrações financeiras da empresa Agropecuária Best Farmer. A escolha desta entidade deveu-se à facilidade de obtenção de dados, visto tratar-se de uma empresa que está enquadrada num grupo com valores cotados na Euronext Lisboa, o

que faz com que se tenha um maior controlo sobre as suas demonstrações financeiras, tornando a informação mais perceptível e de maior qualidade.

Para a pesquisa documental recorreu-se ao Relatório e Contas (R&C) da Empresa, dos anos 2016 e 2017. As entrevistas realizadas foram efetuadas a pessoas diretamente ligadas à Best Farmer com o objetivo de perceber algumas das escolhas subjacentes à aplicação da IAS 41.

A pesquisa documental tem por objetivo conhecer a empresa, os seus resultados, a divulgação das demonstrações financeiras, a forma como aplicam a IAS 41 e a preparação da entrevista. Por outro lado, a entrevista visa complementar algumas questões que não estão mencionadas no R&C, bem como perceber as opiniões dos preparadores da informação financeira.

Com base na informação recolhida no R&C foi estruturada uma entrevista aos colaboradores da empresa que intervêm no processo de decisão. A entrevista visa indagar o modo, o motivo e a opinião sobre o tipo de mensuração utilizado na empresa em estudo.

O questionário foi aplicado a dois elementos da empresa: o Diretor Financeiro e o Responsável de Contabilidade que para além da Best Farmer, tem igualmente sob a sua responsabilidade o departamento de Contabilidade da Holding da Jerónimo Martins.

Os entrevistados têm habilitações literárias ao nível da licenciatura, trabalham no Grupo Jerónimo Martins há 5 anos e nunca tinham aplicado a IAS 41 noutra companhia. O Diretor Financeiro assume esta posição há 3 anos, enquanto o Responsável da Contabilidade está há 4 anos na função.

O objetivo inicial do estudo era também aplicar o questionário aos auditores externos e internos, mas devido à alteração dos auditores externos nos anos do estudo e às alterações ocorridas na equipa de auditoria interna não houve a possibilidade de efetuar essas entrevistas.

3.1 A empresa

A Jerónimo Martins – Agroalimentar, S.A. (JM - Agroalimentar) é uma subsidiária do Grupo Jerónimo Martins, constituída a 24 de abril de 2014. Esta empresa tem como objetivo primordial produzir produtos alimentares para fornecimento exclusivo às empresas Recheio Cash & Carry, S.A. e Pingo Doce, S.A.. Esta empresa detém quatro

participadas, sendo elas, a Best Farmer-Agro Pecuária, S.A, a Seaculture-Aquicultura, S.A., Marismar- Aquacultura Marinha, Lda. e a Jerónimo Martins – Lacticínios de Portugal, S.A.

As diversas atividades estão dispersas por vários pontos do país, estando a Best Farmer a operar em Manhente, Cartaxo e Évora, a Seaculture em Sines, a Marismar na Madeira e a JM- Lacticínios de Portugal em Portalegre. A JM - Agroalimentar e as suas participadas integravam 116 colaboradores no final de 2017.

A atividade operacional começou com as duas primeiras áreas de negócio: a fábrica de Lacticínios em Portalegre - com uma produção anual de 40 milhões de litros e a Unidade de Engorda de Bovinos de raça Angus em Manhente, Barcelos, com capacidade para produção de 1.000 cabeças de gado.

O ano de 2016 foi um ano marcante para a JM - Agroalimentar, pois teve início a operação de aquacultura em Sines para a produção de robalo e foi estabelecido um acordo de parceria na ilha da Madeira através da empresa Marismar para a produção de dourada. No mesmo ano foi iniciada a construção de uma nova fábrica de laticínios em Portalegre, sendo concluída em 2018.

No ano de 2017, a JM – Agroalimentar continuou em expansão contínua, tendo adquirido uma herdade no Cartaxo e outra em Évora para reforço da atividade de bovinicultura.

3.1.1 Best Farmer - Atividades Agro-Pecuárias, S.A.¹⁴

A Best Farmer foi constituída em outubro de 2015, mas só em 2016 teve o seu primeiro ano de operacionalização no Projeto de Engorda de Bovinos de raça Angus. Ao longo deste ano foram feitas melhorias para favorecer a produção em Manhente.

Esta unidade conta com uma área de 7 hectares, uma capacidade de 900 animais estabulados e com 4 colaboradores.

A empresa, em 2017, decidiu alargar a área de produção para outros locais do país tendo adquirido uma herdade no Cartaxo e outra em Évora a fim de reforçar a atividade de bovinicultura.

¹⁴ Dados retirados da apresentação de Fraga (2018)

No Cartaxo, a unidade de operações conta com uma área de 79 hectares e uma área de construção de 39.000m². Atualmente, tem capacidade para estabular 600 animais, estando em curso o processo de construção e licenciamento para o aumento da capacidade para 4.000. Adicionalmente, a unidade criou uma área para a produção de carne em regime extensivo da produção de carne biológica. A produção biológica tem um número reduzido de 350 animais num total de 40 hectares. A produção nesta unidade conta com 3 colaboradores.

A unidade de Évora encontra-se dividida em várias operações:

1. **produção de leite**, que possui 1.000 vacas de ordenha e produz 10.000 milhões de litros. Estes animais encontram-se estabulados num estábulo com 35 hectares e 18 colaboradores que garantem um auxílio 24 horas diárias;
2. **a vacada**¹⁵, que conta com 300 animais em regime extensivo numa área de 300 hectares;
3. **a agricultura**, que garante o alimento com o cultivo de milho, azevém e tricale para as vacas de leite e aveia, ervilhaca, pastagem e fenagem para os animais da vacada de produção de animais de engorda;
4. **a engorda de angus**, que ainda se encontra em fase de projeto e licenciamento.

Após a finalização da expansão das unidades do Cartaxo e Évora, a Best Famer tem como objetivo vender anualmente cerca de 15.000 animais cruzados de Angus.

A empresa está em constante investigação e desenvolvimento para realizar melhorias, uma vez que a sua missão é garantir uma carne de excelência para o consumidor assegurando o bem-estar dos animais quer os destinados ao consumo quer os destinados à produção.

A produção de bovinos desta empresa é destinada ao fornecimento exclusivo de empresas pertencentes ao Grupo Jerónimo Martins como forma de diferenciar a sua oferta no talho e potenciar a fidelização dos seus clientes.

¹⁵ Entende-se por vacada, os animais que estão em regime extensivo com o objetivo de procriar novos animais.

Ilustração 1 – Tipos de negócio da Best Farmer



Fonte: Elaboração própria

A engorda, regime intensivo, é composta por animais da raça Angus, após a idade de desmame e que, posteriormente, são engordados até aos 15/18 meses de idade. No último ano, a empresa adquiriu uma vacada de leite e de criação de bovinos, regime extensivo, que tem como objetivo principal a produção de leite para a Lacticínios de Portugal e a criação de bezerros para que, após o desmame, sejam transferidos para regime intensivo de engorda. Por fim, também existe uma atividade de cultivo, na herdade de Monte Trigo que se destina à produção de ração para os animais.

A Best Farmer, no final do exercício de 2017, contava com um efetivo de 3.792 animais distribuídos da seguinte forma por regime e por sexo:

Tabela 3 – Número de animais por tipo de negócio e sexo

		Nº Animais
Regime intensivo		1 469
Fêmeas		475
Machos		994
Regime extensivo		2 323
Fêmeas		2 243
Machos		80
TOTAL		3 792

Fonte: Adaptado do R&C da Best Farmer 2017

3.1.2 Contexto de mercado em Portugal

De acordo com a Central de Balanços¹⁶ do Banco de Portugal existem em Portugal 342 empresas com o CAE 01420 - Criação de Bovinos (excepto para produção de leite) e búfalos, das quais: 180 tem menos de 5 anos de idade, 61 de 6 a 10 anos, 57 de 11 a 20 anos e 44 com mais de 20 anos. As empresas possuem uma reduzida dimensão, sendo 335 microempresas e apenas 7 pequenas empresas. A maioria destas empresas localizam-se no Alentejo.

A produção em Portugal caracteriza-se por ser bastante reduzida e fragmentada, com tipologias muito primitivas, tanto no que diz respeito à dimensão, como à gestão e manejo das explorações. A maioria da produção é de carácter extensivo, existindo contudo algumas explorações intensivas. As empresas agrícolas em Portugal são na sua esmagadora maioria micro e pequenas empresas.

Segundo as Estatísticas Agrícolas de 2017 do INE, Portugal contava com um efetivo bovino de 1 722 milhares de animais. Apesar de este número ser elevado, é insuficiente para o consumo da população portuguesa. Por habitante são consumidos 18,9 kg de carne de bovino/ano o que totaliza 195 000 Kg. Em 2017, apenas foram abatidos 377 199 animais representando 91 ton limpas¹⁷. Isto significa que Portugal só consegue produzir 46,7% do seu consumo. Em 2017, houve a necessidade de importar 87 949 ton de carne fresca ou refrigerada e 14 034 ton de carne congelada.

A par da comercialização entre os produtores, na produção e na indústria existem também mercados mais informais – os leilões e comercialização direta que passam à margem dos canais institucionais e que têm uma dimensão acentuada não possível de apurar.

Como Portugal tem um elevado défice de produção de carne de bovino, recorre por isso à importação de quantidades consideráveis das mais diversas partes do Mundo, sendo a Europa uma fonte importante de abastecimento. Dentro da Europa, Espanha ocupa um lugar de relevo, pela sua dimensão e proximidade geográfica. Este foi um dos motivos que levou o Grupo Jerónimo Martins a apostar neste setor, de forma a assegurar a sua sustentabilidade no que diz respeito à produção de bovinos.

¹⁶ <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards>

¹⁷ https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=320461359&PUBLICACOESmodo=2

3.1.3 Raça Angus¹⁸

A Aberdeen-Angus, originária da Escócia, é uma raça bovina de aptidão carne de médio porte. É um animal precoce, visto atingir a maturidade sexual em idades mais jovens e a pesos mais leves. Esta raça tem facilidade em adaptar-se às diversas condições climáticas, possui um bom temperamento e fácil manejo em condições de campo.

Tem como característica diferenciadora o facto de ser “mocha” (i.e. sem cornos), sendo um gene que domina na descendência (seja numa linha pura ou cruzamento). Tem pelagem preta havendo também uma variedade vermelha.

Apresenta como característica racial uma elevada facilidade de parto, sendo por isso muito utilizada em cruzamento industrial com raças de carne e de leite. Nestas últimas, principalmente nas primíparas (de primeira parição), os vitelos possuem um baixo peso ao nascimento e uma enorme vontade de viver, procurando as mães para o aleitamento, sem problemas, nas primeiras horas de vida.

As características dominantes refletem uniformidade na qualidade da carcaça e da carne, elementos essenciais para a potenciação de mercados de qualidade.

Angus é uma raça considerada de qualidade superior comprovada pelos prémios recebidos em diversas partes do mundo. Um dos motivos desta classificação é a camada de gordura contida nas carnes de Angus que é considerada perfeita, ou seja, ela é entremeada na musculatura do animal o que acaba por deixar a carne mais magra com o sabor da carne mais gorda.

3.1.4 A aplicação da IAS 41 na Best Farmer

As Demonstrações Financeiras da Best Farmer são preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), adotadas na União Europeia.

Para o reconhecimento e mensuração dos seus ativos biológicos recorre à IAS 41– Agricultura. A Best Farmer aplica a IAS 41 e não aplica a NCRF 17, uma vez que está enquadrada no Grupo Jerónimo Martins. Como se trata de um grupo com valores cotados em bolsa, segundo a SNC, deve aplicar as normas internacionais de relato financeiro.

¹⁸ <http://www.aberdeen-angus.pt/>

A Best Farmer aplica a IAS 41, pelo que os ativos biológicos são mensurados ao justo valor menos os custos de venda estimados. As variáveis dos custos de venda podem incluir custos de leilões, comissões a intermediários ou custos de transporte estimados para o matadouro.

As variações do justo valor deste tipo de ativos são reconhecidas na demonstração de resultados, afetando assim, de forma direta o resultado líquido da empresa. As despesas de exploração, tais como aquisição de animais, alimentação, medicação e custos com pessoal, são considerados como custos, quando incorridos, de acordo com o regime do acréscimo¹⁹.

Os custos com a aquisição de animais incorporam os custos de transporte procedendo-se em simultâneo ao reconhecimento na demonstração de resultados da valorização inicial do justo valor.

O justo valor dos animais é determinado com base em estimativas da gestão. Essas estimativas são baseadas em preços de mercado, pesos médios e índices de qualidade.

A bolsa escolhida como referência para a estimativa dos preços de mercado dos animais foi a Bolsa Binéfar desde a aquisição dos primeiros ativos biológicos da empresa.

Bolsa Binéfar²⁰

A *Lonja Agropecuaria de Binéfar* é uma bolsa espanhola com 40 anos. É um lugar de encontro de produtores agropecuários e empresas comercializadoras de carne. Blasco (2015), presidente da entidade, refere que a Lonja Agropecuaria de Binéfar “ é a mesa de preços de bovinos de Espanha e que a sua influência se estende também a nível europeu”.

As cotizações de bovinos na Bolsa de Binéfar são calculadas semanalmente e publicadas todas as quartas-feiras. As publicações são efetuadas conforme o exemplo apresentado no Anexo I. Em cada reunião são analisadas todas as componentes da Mesa

¹⁹ Regimes do Acréscimo - os acontecimentos são reconhecidos quando ocorrem (não são contabilizados no momento em que são recebidos ou pagos)

²⁰ As informações sobre a Bolsa Binéfar foram obtidas através de um contacto via e-mail com a *Lonja Agropecuaria de Binéfar* e <http://www.lonjaBinéfar.es/lonja-Binéfar/>; <https://www.radiohuesca.com/noticia/253437/la-lonja-de-Binéfar-25-anos-marcando-el-precio-del-vacuno-en-europa>

de Preços da carne e no final da sessão da bolsa chega-se à conclusão das tendências do mercado.

A Mesa de Preços é constituída por produtores, matadouros e comerciantes de bovinos, como se pode observar no Anexo II. São estas as entidades que enviam os preços que são praticados nas transações dos mercados. Os intervenientes enviam os preços que operam no mercado e com estes dados confirmam, ou não, se a tendência que se fixou na semana anterior se mantém ou se tem alterações. Daí resultam os preços definitivos de venda para essa semana.

3.2 Estudo de caso

O objetivo do presente estudo é proceder à análise da aplicação do justo valor no reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos da empresa, visando verificar a eventual conformidade da informação produzida pela empresa com a IAS 41.

Após presenciar apresentações da empresa, leitura do R&C e visita às instalações da Best Farmer foi elaborada uma entrevista com questões que não estavam descritas e evidenciadas nos documentos inicialmente utilizados para análise.

As perguntas incidiram essencialmente sobre a diferenciação da aplicação da norma para cada tipo de ativos biológicos, como estimar o justo valor, os cuidados a ter com os critérios de mensuração e opinião por parte dos preparadores da informação financeira sobre a norma.

O presente estudo pretende dar respostas às seguintes questões:

- Que tipos de mensurações são utilizadas nos diversos grupos de ativos biológicos da entidade?
- Quais as variáveis utilizadas para definição do justo valor e qual a importância de cada uma delas?
- Quais as vantagens e desvantagens de utilização deste tipo de mensuração?
- Existe mercado ativo para os ativos biológicos da Best-Farmer?
- Quais os motivos para escolher a bolsa Binéfar como bolsa de referência ao preço de mercado para a engorda de Angus?
- Quais as vantagens e desvantagens da bolsa de referência escolhida e das variáveis dos preços de mercado?
- As divulgações exigidas pela norma estão mencionadas no R&C?

Estudo de caso da Best Farmer: Influência da IAS 41 nas Demonstrações Financeiras

- Para efeitos de auditoria como foram avaliadas as opções escolhidas pelo conselho de administração/gestão?
- Que implicação tem a valorização dos animais para a variação do resultado líquido da entidade?

4 Análise dos Resultados

Nesta fase do estudo vamos apresentar todos os resultados obtidos através da entrevista e da pesquisa documental. Respondendo, desta forma, a todas as questões apresentadas anteriormente e expondo o estudo caso sobre a aplicação da IAS 41 na Best Farmer.

4.1 Critérios utilizados na medição do valor dos ativos biológicos

4.1.1 Apuramento do justo valor dos ativos biológicos da Best Farmer

O justo valor é baseado numa estimativa que, apesar de existirem normas para o seu cálculo, há uma certa liberdade dada às empresas para escolha das suas variáveis, com o objetivo de tornar o valor dos seus ativos biológicos o mais próximo possível da realidade.

A Best Farmer, S.A. tem em consideração diversas variáveis para a determinação do justo valor para os bovinos Angus de Engorda, tais como idade, peso, raça, conformação muscular e nível de gordura.

A idade não é uma das variáveis com maior relevância no negócio de engorda, uma vez que estes animais são adquiridos com cerca de 9/10 meses e são mantidos na exploração até aos 15/18 meses. Por sua vez, no negócio da criação de animais e na produção de vacas de leite, a idade é um fator mais relevante pois existe a necessidade de distinguir um bezerro de uma vaca adulta.

O peso é também uma das variáveis diferenciadoras do justo valor de cada animal que se encontre em fase de engorda. O peso dos animais é calculado com base em algoritmos de crescimento, em que se considera um percentual do alimento que é ingerido pelo animal e que é convertido em massa corporal. O controlo do peso dos animais é efetuado de dois em dois meses de modo a que o valor do peso dos animais seja o mais real possível. Como na Best Farmer o encerramento de contas é efetuado mensalmente, no exercício mensal em que não é efetuada a pesagem dos animais é constituída uma provisão²¹ com base no algoritmo de crescimento. Esta provisão pode gerar um ganho ou uma perda no mês em que se realiza a pesagem. Os animais não são

²¹ IAS 37 – Provisões: é constituída uma provisão quando existe uma incerteza acerca da tempestividade ou da quantia do dispêndio ou proveito futura.

pesados mensalmente a fim de não serem sujeitos ao *stress* de estarem condicionados ao reduzido espaço da balança.

A raça Angus, propicia uma carne de excelência²², o que faz com que aos valores de venda da sua carcaça sejam superiores aos das raças normalmente produzidas no mercado português. Como o valor de mercado destes animais é superior ao dos restantes e não existe uma bolsa em que esta raça seja mencionada, a Best Farmer decidiu acrescentar um percentual de 5% para refletir a qualidade da carne. Em suma, existe a necessidade de incorporar este indicador, uma vez que não existem valores de mercado para esta raça em particular.

A conformação muscular e o nível de gordura são classificados numa escala. A conformação muscular é representada por uma escala alfanumérica (SEUROP)²³, tal como é possível observar no Anexo III. S representa carcaças com superior conformação e P carcaças com conformação fraca. Em termos de gordura existe uma escala numérica de 1 a 5, onde o 1 representa carcaças sem gordura e o 5 carcaças com gordura excessiva.

Relativamente à carcaça optou-se por considerar as classificações que representam a maioria dos resultados que são obtidos por esta raça e pelo tipo de animal a produzir. A observação das classificações das carcaças dos animais do tipo que se pretende produzir, comprados aos produtores, permitiram classificar a sua maioria nas categorias U3 e R3. A classificação U3 como podemos verificar no Anexo III corresponde a uma classe de conformação muscular muito boa e tem um nível de gordura médio, enquanto que R3 corresponde a uma conformação muscular boa e tem um nível de gordura intermédio. Considera-se assim para classificação o valor médio entre estes dois indicadores.

O histórico dos níveis da conformação muscular, o nível de gordura e o percentual de rentabilidade da carcaça é baseado nas parametrizações de abate, que é um documento emitido pelo matadouro conforme podemos observar no Anexo IV. A empresa não exerce qualquer influência neste indicador, uma vez que estes dados são fornecidos à

²² <http://www.vidarural.pt/insights/carne-angus-com-valorizacao-media-de-15-face-a-outras-racas/>

²³ Na escala referida como SEUROP – a carcaça bovina é classificada pela sua conformação e gordura de cobertura

Best Farmer pelo departamento de qualidade do matadouro de Santarém após o abate e a verificação das carcaças.

Uma vez que a comercialização e cotação da Bolsa Binéfar tem por base o preço por kg da carcaça, é necessário aplicar o percentual de rentabilidade da carcaça, o qual traduz a percentagem do animal que é aproveitado para carne, para apurar o equivalente ao preço de mercado do peso vivo. A empresa, tendo por base o seu histórico, considera uma percentagem de 56% sobre o peso vivo. De referir que a Central de Balanços do Banco de Portugal considera como rentabilidade média dos animais 59% para 2017, o que demonstra que o percentual usado pela empresa é semelhante à média do país.

Tabela 4 – Fatores de conversão de animal em carcaça

Fatores de Conversão		
Produtores	Unidade	Equivalência aproximada
Animais de apouque - Bovinos	- 1 kg de peso vivo	- 0,59 kg de peso limpo

Fonte: Central de Balanço do Banco de Portugal

Após a consideração de todas estas variáveis, a fórmula de cálculo do justo valor por animal é calculado da seguinte forma:

Ilustração 2 – Fórmula da estimativa do justo valor

$$\text{Justo Valor} = \frac{\text{Machos U3} + \text{Machos R3}}{2} \times (1 + 5\%) \times (1 + 56\%) \times \text{Peso}$$

Fonte: Elaboração própria

A Bolsa de Binéfar diferencia as cotações de machos e fêmeas, no entanto a Empresa decidiu não ter essa variável em consideração. O motivo que levou à desconsideração desta variável foi o facto de as fêmeas terem um maior preço de mercado na Bolsa Binéfar que os machos, ao contrário do que ocorre no nosso país. Desta forma, a empresa decidiu utilizar o valor de cotação dos machos para todos os animais, uma vez que os machos e as fêmeas são vendidos para empresas do Grupo ao mesmo preço.

Na engorda de bovinos não é tido em consideração o sexo como variável para os ativos biológicos, por outro lado na vacaria (produção de leite) e na vacada (produção de vitelos) o justo valor das fêmeas vai diferir do dos machos. Esta diferença é explicada pelo facto de as fêmeas serem mais rentáveis para a produção do que os machos.

A Best Farmer ainda apresenta um número reduzido de criação de animais pelo que as suas crias são todas elas mensuradas como ativos biológicos consumíveis. Apenas quando passam à fase de adultos é que os ativos biológicos passam a ser classificados como de produção.

Em resumo, segundo a mensuração da Best Farmer para os animais destinados à engorda, o sexo não tem qualquer relevância. Naqueles destinados à produção de animais ou de leite, as fêmeas juvenis tem um valor maior que os machos, enquanto um touro reprodutor tem um valor superior ao de uma vaca em produção.

O tipo de comercialização feita pela Empresa também tem impacto nos custos de venda, pois uma vez que é para consumo do grupo, as variáveis são o transporte dos animais desde os parques onde crescem até ao matadouro de Santarém onde são mortos.

Os custos com transporte são os únicos custos no ponto de venda, visto que todas as outras despesas associadas ao abate dos animais são suportadas pelas empresas que adquirem a carne.

O apuramento do justo valor no regime extensivo de carne e leite é efetuado com base em cotações que demonstrem as transações reais de mercado, uma vez que não existem bolsas de referência. A estimativa destes valores é calculada por avaliadores externos.

Para a mensuração do justo valor da atividade de cultivo entendeu-se que, até ao momento da colheita, o justo valor mais fiável tem como fundamentos os gastos operacionais incorridos no cultivo, isto é, gastos com pessoal, amortizações das infraestruturas e outros gastos diretos do cultivo.

As diferentes formas de estimar o justo valor são apoiadas pela teoria de agência e pela teoria da escolha contabilística. Isto é, os preparadores da informação financeira, apesar do cumprimento da IAS 41, decidiram estimar de formas distintas o justo valor de maneira a proporcionar uma informação mais real para os *stakeholders*.

Segundo os resultados da entrevista, os processos de mensuração e os diversos pressupostos dos diferentes ativos biológicos foram definidos pelos responsáveis da Direção de Operações e da Direção Financeira. Posteriormente, foram elaborados documentos descrevendo todo o procedimento que foi verificado e aceite por parte da Auditoria Externa.

Em suma, a empresa aplica diferentes formas de cálculos para a estimativa do justo valor, de modo a poder apresentar uma imagem mais real de si própria. Esta distinção é explicada pelas diferentes naturezas dos ativos biológicos em análise.

4.1.2 Critérios para escolha da bolsa

Como foi referido anteriormente, a Bolsa de referência para a estimativa dos preços de mercado dos bovinos de engorda foi a Bolsa Binéfar.

O que levou à escolha desta bolsa, segundo os resultados da entrevista, foi a influência do mercado espanhol em Portugal, uma vez que é a bolsa de referência para venda de bovinos com a utilização mais elevada na Península Ibérica.

Segundo os entrevistados, a vantagem apresentada é de a bolsa revelar a evolução do mercado bovino, o que permite uma mensuração mensal atualizada, baseada em transações reais. Apesar de ter sido a bolsa escolhida, a bolsa Binéfar, para o Diretor Financeiro, apresenta como limitações o facto de não ter cotação para a raça Angus e o facto do mercado espanhol valorizar mais as fêmeas do que os machos, contrariamente ao que acontece em Portugal.

De acordo com o referido no R&C, é uma bolsa de referência com a informação mais fiável em termos de preços, uma vez que é onde estão representados, de forma mais expressiva, todos os operadores do mercado bovino. Para além disso, consegue uma previsão mais real do preço, pois baseia-se nas transações institucionais e não institucionais. Isto é conseguido pela formação dos elementos que estão presentes na mesa. São 10 instituições ou organizações de produtores e 10 instituições ou organizações da indústria. Todos estes representantes são sujeitos a escrutínios e auditorias relativamente às informações que dão durante a sessão e fortemente sancionados se estas não corresponderem à verdade.

O presidente da bolsa Agropecuária de Binéfar, Blaco (2016) refere que é importante “apostar em bolsas fortes, representativas, prestigiosas e fiáveis, pois equivale a fazê-lo por preços agrícolas mais estáveis e fortes”.

No nosso país, algumas instituições ligadas aos Bovinos, tais como, Associação Nacional dos Engordadores de Bovinos (ANEB)²⁴ e a Associação de Criadores de

²⁴ <http://aneb.pt/>

Bovinos Mertolengos²⁵ (raça autótone com maior número de efetivos) consideram a bolsa Binéfar como uma referência do mercado.


4.2 Variáveis que provocam variações no valor líquido dos ativos biológicos

No Balanço da Best Farmer existem ativos biológicos reconhecidos no ativo corrente e no ativo não corrente. O ativo corrente, na sua maioria, é constituído pelo negócio de engorda de bovinos e pela produção de alimento para os animais, uma vez que são ativos biológicos que estarão na empresa por um período inferior a um ano. Quanto aos ativos não correntes são constituídos, na sua maioria, pelas vacadas de carne e leite.

Apesar de o negócio principal ser a engorda de bovinos, como é possível verificar na tabela nº 5, o valor de ativos biológicos no ativo não corrente é superior, uma vez que os animais, devido à sua idade e à sua função são mais valorizados.

Os ativos biológicos reconhecidos no ativo corrente representam apenas uma imagem da empresa no final do exercício e não a realidade do exercício, uma vez que esta rubrica do balanço está sempre a sofrer grandes oscilações. Por exemplo, se forem abatidos 500 animais no dia anterior, ao fim do exercício este valor vai diminuir drasticamente e não representa o exercício da empresa.


Tabela 5 – Rúbricas do Balanço com distinção em ativos maduros e imaturos

 BEST FARMER	2017	2016	2015
Ativos Biológicos			
Adultos	1 760 050,00		
Juvenis	540 250,00		
Plantas			
Ativos Não Correntes	2 300 300,00	0,00	
Adultos	270 000,00		
Juvenis	1 445 758,00	677 417,00	408 885,00
Plantas	145 574,00		
Ativo Corrente	1 861 332,00	677 417,00	408 885,00
Total Ativos Biológicos	4 161 632,00	677 417,00	408 885,00

Fonte: Adaptado R&C 2016 e R&C 2017

²⁵ <http://www.mertolenga.com/conteudo.php?idm=62>

Tabela 6 – Valor líquido por tipo de negócio

 BEST FARMER	2017	2016	2015
AB Consumíveis-Engorda angus regime intensivo	1 393 433,00	677 417,00	408 885,00
AB Consumíveis-Vacada de leite e carne	862 575,00		
AB Produção-Vacada de leite e carne	1 760 000,00		
AB Consumíveis-Plantas	145 574,00		
Valor Líquido por tipo de Negócio	4.161.632	677.417	408.885

Fonte: Fonte: Adaptado R&C 2016 e R&C 2017

As variáveis que afetam o valor líquido, segundo a nota 16 no anexo das demonstrações financeiras do R&C de 2017, são: a compra de animais, as perdas por mortalidade, as amostras utilizadas para testes de qualidade, alterações de justo valor por transformação biológica, as alterações dos preços e as diminuições pelas vendas.

Tabela 7 – Variações do valor líquido dos ativos biológicos


 BEST FARMER	2017	2016	2015
Valor líquido a 1 de janeiro de:	677 417,00	408 885,00	
Aumento devido a compras de animais	3 536 047,00	823 588,00	329 169,00
Aumento devido a nascimento de animais	5 300,00		
Perdas com mortalidade	-29 515,00	-6 882,00	
Perdas com auto-consumo-testes de qualidade	-2 175,00	-3 086,00	
Alterações de justo valor por transformação biológica	1 419 898,00	929 391,00	113 004,00
Alterações de justo valor por alteração de preço	53 560,00	17 560,00	-33 288,00
Diminuição pela venda	-1 486 554,00	-1 492 039,00	
Diminuição pela transferência para inventários	-12 346,00		
Valor líquido a 31 de dezembro de:	4 161 632,00	677 417,00	408 885,00

Fonte: Adaptado R&C 2016 e R&C 2017

Em análise à tabela 7, é possível verificar que as alterações de justo valor por transformação biológica têm um papel relevante no incremento do valor líquido dos ativos sendo que, tipicamente, superam o valor de compra dos animais. Excepcionalmente, no ano 2017, a compra de animais registou um impacto superior ao da transformação biológica devido à entrada dos animais da vacaria e da vacada associada à aquisição da herdade de Monte de Trigo.

A explicação para um aumento constante nas alterações de preço é justificado pela evolução positiva que a Bolsa Binéfar tem tido nos últimos exercícios, como podemos verificar na tabela que se segue.

Tabela 8 – Evolução dos preços de mercado na bolsa Binéfar

			
	2017	2016	2015
Cotação de referência			
Machos 281/320 Kg CANAL (€ po Kg de carcaça)			
U3	4,15	3,98	3,87
R3	3,98	3,8	3,7
Valor médio/kg	4,07	3,89	3,79
%	4,31%	2,70%	

Fonte: Adaptado R&C 2016 e R&C 2017

Com isto, verificamos que o justo valor e as suas estimativas têm um valor relevante no valor líquido dos ativos biológicos da empresa, pois permite transmitir um valor mais representativo da realidade do que se fosse mensurado ao modelo do custo. O modelo do custo apenas ia considerar as perdas com a mortalidade e as perdas de autoconsumo - testes de qualidade como perdas de imparidade, o que faria com que não fosse considerada a evolução e o crescimento dos animais.

Concluindo, as variáveis mais significativas na alteração do valor líquido dos ativos biológicos são a performance de crescimento e as cotações de mercado.

4.3 O impacto dos ativos biológicos no resultado do período


A mensuração dos ativos biológicos ao justo valor tem um forte impacto no resultado do período da empresa, pois os ativos biológicos são valorizados de acordo com o seu crescimento o que faz com que o resultado líquido seja maior quanto maior for o valor líquido dos animais.

Todos os ganhos ou perdas afetos aos ativos biológicos, durante um período contabilístico, são refletidos no resultado líquido do período.

Como podemos verificar através da tabela 9, os ativos biológicos registaram um aumento no resultado líquido do período, uma vez que a aquisição de animais juntamente com a transformação biológica e a subida dos preços de mercado foi superior à venda e às perdas com mortes, explicado pela fase de crescimento e expansão da empresa.

O preço das carcaças, como podemos ver na tabela 9, aumentou de 2015 para 2016, levando a um aumento significativo no resultado líquido da empresa. O que se verificou de forma mais acentuada em 2017.

Tabela 9 – Impacto dos Ativos Biológicos no Resultado Líquido da empresa

 BEST FARMER	2017	2016	2015
Alterações de justo valor por transformação biológica	1 419 898,00	929 391,00	113 004,00
Alteração de justo valor por alteração de preço	53 560,00	17 560,00	-33 288,00
Aumento devido a compras de animais	3 536 047,00	823 588,00	329 169,00
Aumento por nascimento de animais	5 300,00		
Diminuição pela venda ou transferência para inventários	-1 486 554,00	-1 492 039,00	
Perdas por mortalidade	-29 515,00	-6 882,00	
Impacto no Resultado Líquido	3 498 736,00	271 618,00	408 885,00


Fonte: Adaptado R&C 2016 e R&C 2017

Se a empresa aplicasse o modelo do custo, estas variáveis apresentadas na tabela 9 não afetariam o resultado do exercício. Os únicos valores, relacionados com estes ativos, que levariam à variação do resultado seriam o custo de aquisição de ativos biológicos e a venda dos mesmos. Concluindo, a empresa, no ano de 2017, apresentou um resultado de -972.695, se não fosse aplicado o justo valor o seu resultado seria menor uma vez que não haveria valorização de ativos pelo preço de mercado, pela sua transformação, pela sua reprodução, etc.

Ambos os entrevistados manifestaram a opinião de que a valorização dos ativos biológicos afeta o resultado do exercício, uma vez que é efetuada de acordo com o crescimento e não apenas com o momento da venda. Este tipo de mensuração gera assim um aumento do resultado líquido ao longo do ciclo de crescimento.

No R&C são apresentados os preços de mercado das duas classificações utilizadas para o apuramento do preço de mercado dos ativos biológicos destinados à engorda. Podemos verificar que os valores têm vindo a aumentar de ano para ano, nas classificações de U3 e R3, o que gera um maior ganho nas contas da empresa.

Tabela 10 – Evolução dos preços de mercado na bolsa Binéfar

 BEST FARMER	2017	2016	2015
Cotação de referência			
Machos 281/320 Kg CANAL (€ po Kg de carcaça)			
U3	4,15	3,98	3,87
R3	3,98	3,8	3,7
Valor médio/kg	4,07	3,89	3,79
%	4,31%	2,70%	

Fonte: Adaptado R&C 2016 e R&C 2017

4.4 Divulgações da Best Farmer

Sendo a IAS 41, uma norma com tantas particularidades e subjetividades exige um elevado nível de divulgação sobre a sua aplicação.

No estudo verificamos todas as exigências da IAS 41 e conferimos se foram cumpridas pela Best Farmer conforme tabela a baixo.

Tabela 11 – Cumprimento das divulgações exigidas pela IAS 41

 BEST FARMER Divulgações exigidas pela Norma	R&C 2017		
	Sim	Não	N/A
Ganhos e perdas provenientes do reconhecimento inicial ou alterações no justo valor	Tabela 6		
Descrição de cada grupo de ativos biológicos	Tabela 5/ Tabela 4		
Distinção entre ativos biológicos consumíveis e de produção	Tabela 5		
Distinção entre ativos biológicos adultos e juvenis	Tabela 4		
Metodologia utilizada para mensurar o justo valor	Nota 16 R&C		
A existência de quantias escrituradas de ativos biológicos cuja posse seja restrita e as quantias escrituradas de ativos biológicos penhorados como garantia de passivos			N/A
A quantia de compromissos relativos ao desenvolvimento ou à aquisição de ativos biológicos			N/A
As estratégias de gestão de riscos financeiros relacionados com a atividade agrícola			N/A
Reconciliação das alterações das quantias escrituradas entre o início e o fim do período	Tabela 6		
Situações em que não é possível mensurar de forma fiável o justo valor		Não	

Fonte: Adaptado de Ventura (2015)

Com análise à tabela 11, podemos verificar que a grande maioria das divulgações são apresentadas e algumas delas com mais detalhe do que aquele que a norma exige. Contrariamente aos resultados obtidos por Martins, Almeida e Jesus (2008), no seu estudo às divulgações das empresas cotadas, a Best Farmer não só realiza divulgações sobre a aplicação da IAS 41 como apresenta um grande detalhe e rigor nas notas apresentadas.

A única divulgação que não é apresentada são as situações em que o justo valor pode não ser mensurado de forma fiável, o que pode estar justificado pelo facto de, ao longo dos exercícios em que a empresa operou, ainda não tenha surgido uma situação para além daquelas previstas previamente pela empresa.

4.5 Opiniões sobre a IAS 41 e a sua aplicação

As entrevistas realizadas, tal como já verificado na revisão de literatura, apresenta opiniões díspares sobre a melhor forma de mensurar os ativos biológicos. O Diretor Financeiro refere que “apesar de na teoria fazer todo o sentido, a aplicação da norma de forma pura é de difícil aplicação dada a ausência de preços de mercado tornando difícil a compreensão das demonstrações financeiras por parte da gestão. Para efeitos de informação de gestão, seria preferível que os ativos biológicos de produção fossem equiparados a ativos fixos e depreciados ao longo da sua vida útil e os ativos biológicos de consumo fossem contabilizados com o custo total de produção acumulado, sendo a margem reconhecida apenas no mês em que são vendidos, um pouco semelhante a um produto industrial.” O responsável da contabilidade, apesar de não estar completamente a favor da forma de valorização dos ativos, considera a aplicação do justo valor favorável, referindo que “apesar de alguma incerteza em algumas situações, parece-me a forma mais "justa" de espelhar a realidade da empresa.”

No estudo foram apresentadas como principais vantagens deste processo o facto de o balanço representar, de forma adequada, o valor dos ativos biológicos que nascem e crescem em ciclos superiores a 1 ano e que o justo valor dos ativos biológicos representa informação mais real e atualizada.

As desvantagens apresentadas, na entrevista, ao processo relacionam-se com a valorização dos ativos com base em cotações de mercado, pois coloca maior volatilidade no valor dos ativos, torna mais complexa a compreensão da informação de gestão mensal por parte de não financeiros e implica a inexistência valores de mercado comparáveis para a grande maioria dos ativos biológicos. Também nesta situação concreta de mensuração de bovinos, a impossibilidade de pesagem mensal mostra significativos desvios da realidade até se afinarem os algoritmos de crescimento utilizados.

Foi questionado aos entrevistados se o justo valor dos ativos biológicos representaria o valor de mercado da empresa. Segundo a opinião do Diretor Financeiro, recolhida na entrevista, o justo valor dos ativos biológicos apenas traduz o valor de mercado dos animais existentes num determinado momento, enquanto que o valor da empresa é fruto da capacidade de geração de *cash flows* futuros nos vários negócios. No entanto, o

Responsável pela contabilidade afirma que o justo valor dos animais representa o valor de mercado da empresa, apesar de não justificar a sua resposta.

Após a análise ao estudo caso da aplicação da IAS 41 na Best Farmer, parece-nos que o justo valor é a melhor forma de valorizar os ativos biológicos, mas que a norma ainda apresenta muitas subjetividades, uma vez que, desde que justificado, o justo valor pode continuar a ser estimado segundo diversas metodologias.

4.6 Sistemas de Informação

Sendo a Best Farmer uma empresa do Grupo Jerónimo Martins, para garantir a maior fiabilidade e rigor na apresentação da sua contabilidade, recorre a um vasto e complexo sistema de informação.

Os sistemas de informação têm um papel fundamental para a contabilidade, pois permitem a criação e a monitorização de bases de dados com grande importância para uma mensuração e reconhecimento com maior fiabilidade.

No registo dos ativos biológicos, a cada animal é atribuído um número denominado como Identificação do Bovino. A Best Farmer regista todos os seus animais num sistema chamado E-Exploração, onde reúne informações sobre cada animal, tais como registo de peso, de medicamentos, da localização, da quantidade e o tipo de ração que cada animal consome.

Esta informação é transferida para o sistema de contabilização da empresa, SAP²⁶, que faz corresponder cada animal a um centro de custo onde posteriormente são contabilizados todos os custos ocorridos diretos e indiretos com o animal bem como as suas valorizações e desvalorizações ocorridas pela alteração de preços de mercados ou pela sua transformação biológica.

O custo de aquisição de cada animal é contabilizado no respetivo centro de custo juntamente com a sua quota-parte no custo suportado com o transporte do fornecedor para a unidade da Best Farmer.

Os custos de alimentação são registados diariamente por parque e, posteriormente, repartidos por cada animal que está no parque nesse dia, pressupondo que cada animal comeu a mesma quantidade. Apesar de ser conhecido que cada animal não ingere a

²⁶ SAP: sistema integrado de gestão empresarial

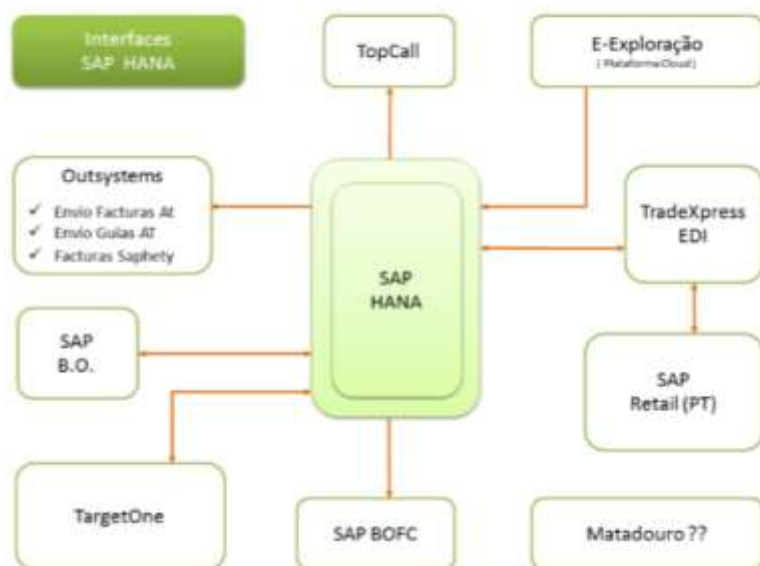
mesma quantidade de alimentação, entendeu-se que esta seria a forma mais adequada da estimativa de custo de alimentação por animal. Os consumos de ração por parque são integrados em SAP onde são valorizados e repartidos por animal com base na informação do E-Exploração.

Os restantes custos da unidade (ex: pessoal, combustíveis, manutenção, depreciações, etc) são registados diretamente em SAP e no final de cada mês repartidos por animal com base no número de dias que cada animal esteve na unidade de engorda, informação esta integrada a partir do E-Exploração.

Com base nas pesagens realizadas e no algoritmo de crescimento, o peso de cada animal é transmitido do E-Exploração para SAP onde, com base no preço de mercado apurado a partir da bolsa Binéfar, no final do mês, é apurado o respetivo justo valor. As pesagens são integradas no E-Exploração a partir dos dados registados na aplicação da Gallangehr (sistema de pesagem).

Como nos é possível ver na ilustração 3, a Best Farmer não usa apenas o E-Exploração e o SAP como recursos para a elaboração da contabilidade e tomada de decisão.

Ilustração 3 – Sistemas de Informação Utilizados na Best Farmer



Fonte: Mestre, 2016

E-Exploração: registo dos animais e todos os acontecimentos ao longo do seu crescimento (alimentação, medicamentos, peso, etc.);

Toppcall: Comunicação via Fax e E-mail para as ordens de compra;

Tradexpress: Faturação;

TargetOne: Aplicação de Tesouraria onde é possível controlar todos os recebimentos e pagamentos;

Estudo de caso da Best Farmer: Influência da IAS 41 nas Demonstrações Financeiras

Matadouro: O matadouro, após a morte dos animais, fornece um documento chamado d'vísa de abate, documento no qual é discriminada a data de abate, espécie, raça, idade, sexo, classificação da espécie, peso a frio (peso da carcaça), peso que é rejeitado e o número do brinco do animal;

SAP B.O.: Aplicação utilizada para elaboração de Relatórios;

Outsystems: Plataforma de comunicação com a AT;

SAP BOFC: SAP utilizado para a consolidação de contas.

A utilização destas ferramentas permite que a contabilidade da Best Farmer se torne um sistema de informação, visto que permite transmitir aos seus utilizadores uma informação detalhada por animal, imprescindível na tomada de decisões dos *stakeholders*.

A mensuração do justo valor com o recurso a estas ferramentas torna-se mais fiável, uma vez que é possível monitorizar peso, idade, sexo e características das carcaças.

A monitorização dos dados e o grande controlo por parte dos sistemas de informação impedem a manipulação do justo valor dos ativos biológicos, de modo a não existir influência da obtenção de resultados líquidos do período esperados.

CONCLUSÃO

No presente trabalho propusemo-nos a estudar a influência que a IAS 41 tinha nas demonstrações financeiras da Best Farmer. Para atingir o objetivo da pesquisa foram analisados os Relatórios e Contas dos anos 2016 e 2017 e entrevistados os preparadores da informação financeira.

A Best Farmer é uma empresa do Grupo Jerónimo Martins, sendo assim obrigada a aplicar as normas internacionais de contabilidade adotadas em Regulamento pela União Europeia. Para a mensuração dos ativos biológicos aplicam a IAS 41, isto é, mensura os seus ativos biológicos ao justo valor menos os custos estimados no ponto de venda.

Após a análise de resultados, podemos verificar que a estimativa do justo valor dos ativos biológicos está descrita de forma pormenorizada no R&C, o que nos permite refutar as conclusões de Sá (2009), uma vez que este referiu que a “aplicação do denominado «Valor Justo» é porta aberta ao subjetivo, à aludida «volatilidade», à dança dos lucros e perdas pelos ajustes, esta tão ardilosamente executada pelos especuladores.” A Best Farmer tem os pressupostos de estimativa do justo valor muito definidos, mecanizados, descritos e controlados o que não permite a “volatilidade” dos resultados do exercício.

As vantagens verificadas na aplicação da IAS 41 na Best Farmer foram as estimativas do justo valor, pois estão bem descritas fazendo com que não surjam questões em torno da manipulação de resultados e no momento da venda dos ativos biológicos não existam diferenças entre o valor pelo qual o ativo está mensurado e o valor de venda. Por outro lado, também existem algumas limitações à aplicação da norma, apesar da grande descrição da forma como se estima o justo valor no principal negócio da empresa, a engorda de bovinos, nos restantes negócios essa descrição não é tão evidente. Outra das limitações apresentadas advém do facto da bolsa escolhida como bolsa de referência não ser nacional nem apresentar uma cotação para a raça Angus. O facto deste modelo de estimativa de justo valor ser apenas aplicado na Best Farmer apresenta mais uma limitação da aplicação da norma, em linha com o que concluiu Azevedo e Vasconcelos (2012), pois pode implicar uma ausência de comparabilidade entre os resultados obtidos pelas diferentes empresas.

Foi possível verificar nos resultados que a mensuração dos ativos biológicos ao justo valor gera um grande impacto nos resultados do exercício, uma vez que existem

variantes como o preço de mercado, o reconhecimento inicial dos ativos biológicos e a transformação biológica que afetam diretamente o resultado. Os resultados da Best Farmer, caso não fosse aplicado o justo valor, seriam muito baixos e iriam representar uma informação pouco adequada para os *stakeholders*.

Tal como Ventura (2015), estudamos o nível de divulgação da IAS 41, e verificamos o elevado nível de divulgação sobre a aplicação da norma, o que contraria o estudo de Martins, Almeida e Jesus (2008), que referiam que as empresas com valores cotados não efetuavam divulgações sobre a norma.

A empresa apresenta condições para registar e divulgar a informação de forma tempestiva, pois mantém sempre atualizada a informação numa base mensal. Essa informação encontra-se disponível num sistema informático certificado e altamente qualificado.

Este trabalho revela algumas limitações, nomeadamente, o nível do número de entrevistas e pelo facto de não evidenciar como estima o justo valor para os restantes negócios da empresa.

Como possíveis investigações futuras considera-se interessante a realização de um novo estudo quando a entidade consolide a sua experiência, permitindo a análise de um maior período de tempo. Também será útil realizar uma análise comparativa à forma de estimar o justo valor nas maiores empresas de engorda de bovinos do país e medir o seu grau de comparabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, R., (2015), *Accounting for Biological Assets – Disclosure, Measurement and Value Relevance*, Doctoral Thesis in Business and Management Sciences Specialization in Accounting and Management Control, Faculdade de Economia do Porto

Amorim, J. (2011), *O justo valor e as suas implicações fiscais*. Disponível em: <http://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/40a.pdf> Acedido em: 15/03/2019

Almeida, S. (2012). *O impacto da adoção do SNC no setor da olivicultura*, Mestrado de Contabilidade e Fiscalidade. Instituto Superior de Contabilidade e Administração: Universidade de Aveiro

Alves, M. e Pascoal, M., (2017), *Mensuração e reconhecimento contabilístico dos ativos biológicos: um estudo caso*, Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 14 nº31 pp. 46-66 jan-abr, Florianópolis

Arboleda, W. y Usuga, I (2018), *Metodología de valoración de activos biológico a valor razonable según las normas internacionales de información financiera plenas – NIIF Aplicado al cultivo del aguacete hass.*, Escuela de Economía y Finanzas, Universidad EAFIT, Medellín

Argilés, J. , Blandon, J. and Monlau, T. *Fair Value Versus Historical Cost-Based Valuation for Biological Assets: Predictability of Financial Informatin*, Resvista de Contabilidad –Spanish Accounting Review, vol 14 nº2, 87-113

Arimany, N. Farreras, M. y Rabaseda, J. (2013). *Alejados de la NIC 41: ¿Es correcta la valoración del patrimonio neto de las empresas agrarias?*. Economía Agraria y Recursos Naturales. Vol. 13, 27-50. España

Aryanto, Y. H. (2011), *Theoretical failure of IAS 41: agriculture*, Acedido em: <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.1808413> a 31/03/2019

Azevedo, G. (2004), *Conhecimento da IAS 41 versus dimensão da empresa*. In: Congresso de Contabilidade, 20., Lisboa, Portugal. Anais.

Banco de Portuga, *Análise setorial das indústrias alimentares - Estudo da central de balanços do Banco de Portugal*, 2017, Acedido em: <https://www.bportugal.pt/QS/qsweb/Dashboards> a: 22/03/2019

Blasco, J, Presidente, 31 de março de 2019 Acedido em: <http://www.lonjabinefar.es/lonja-binefar/presidente/>

Bloomberg, L., & Volpe, M., (2008) *Completing your qualitative dissertation: A roadmap from beginning to end*. Thousand Oaks, CA: Sage Publications Inc.

Brito, E. (2010), *Um estudo sobre a subjetividade na mensuração do justo valor na atividade pecuária bovina*. (Dissertação) Mestrado em Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Controlaria e Contabilidade. Universidade de São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, São Paulo.

Burneside, Angelica. (2005). *IAS 41 and the Forest Industry - A Study of the Forest Products Companies' Perception of the IAS 41*

Celis, Arturo. (2010). *Influencia del valor razonable en la toma de decisiones financieras. Caso: Empresa de Alimentos, S.A.* Trabajo de grado para optar al título de Magister en Finanzas. Universidad de Carabobo.

Chambel, A. (2011), *A Contabilidade e os Ativos Biológicos – Aplicação ao setor da suinicultura em Portugal*, Dissertação, ISCTE, Lisboa

Christensen, H.; Nikolaev, V., (2013), *Does fair value accounting for non-financial assets pass the market test?* Review of Accounting Studies, Chicago. Universidade de Chicago. v. 18, n. 3, p. 734-775. doi:10.1007/s11142-013-9232-0

Diretiva 78/660/CEE do Conselho, de 25 de Julho de 1978

Diretiva 83/349/CEE do Conselho, de 13 de Junho de 1983

Decreto-Lei n.º 47/77, de 7 de fevereiro de 1977

Decreto-Lei n.º 158/2009 de 13 de julho de 2009

Directiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho

Duque, J. (2008), *Em defesa do justo valor*, Revista «TOC» n.º 105, Dezembro, pp. 34-35.

Elad, Ch. (2004), *Fair Value Accounting in the Agricultural setor: some implications for the International Accounting Harmonization*, *European Accounting Review*, 13(4), 621-641

Elad, C. and Herbohn, K. (2011). *Implementing fair value accounting in the agricultural setor. The Institute of Chartered Accountants of Scotland*. Edinburgh. T. J. International Ltd

Fernandes, G.C., Azevedo, G. (2010) Do the certified accountants know the mensuration of biological assets at fair value? Na analysis of the central region of Portugal. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337 FURB, v. 6, n.4, pp. 104-118

Ferreira, R. (2008). *A globalização (economicista) piora também a ética na contabilidade*. TOC, 102, 42 – 43 Acedido em: https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1221844298_42e43_contabilidade.pdf a: 27/12/2016

Fields, T. D., T. Z. Lys and L. Vincent, (2001). *Empirical research on accounting choice*, Journal of Accounting and Economics, Vol. 31, nº 1-3 pp. 255-307

Fraga, J. (2018), *Best Farmer – Produção Agro-Pecuária num Grupo com cultura de retalho*, Tip Talk 2, Grupo Jerónimo Martins 14 de março de 2018, Lisboa

Freixo, M. 2011), *Metodologia Científica. Fundamentos, métodos e técnicas*, Lisboa: Instituto Piaget

Glaum, P., Schmidt, L., Street and Vogel, S., (2013), *Compliance with IFRS 3 and IAS 36 required disclosures across 17 European countries: company and country-level determinants*, Accounting and Business Research, Vol. 43, nº3, pp. 163-204

Góis, C. (2002), *Agricultura – Reconhecimento ao Justo Valor*, XII Jornadas Luso-Espanholas de Gestão Científica, Universidade da Beira Interior, Departamento de Gestão e Economia, 10 a 12 de abril, Covilhã

Gonçalves, R.; Lopes, P. *Accounting in Agriculture: Measurement Practices of Listed Firms*. FEP Working Papers, n. 557, March 2015. ISSN: 0870-8541. Acedido em: <http://wps.fep.up.pt/>. a 10/12/2016.

Healy, M. and Palepu, K., (2010) *Information asymmetry, corporate disclosure and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature*, Journal of Accounting and Economics, Vol. 49, nº 1-2 pp. 109-132

Hitz, M., (2007). *The decision usefulness of fair value accounting – a theoretical perspective*, European Accounting Review, Vol. 16, nº2 pp. 323-362

Huffman, Adrianna A. (2015), *Matching Measurement to Asset Use: Evidence from IAS 41*, Tulane University - A.B. Freeman School of Business. Acedido em <http://ssrn.com/abstract=2529974> or <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2529974> a: 22/05/2016

Hulle, K. Van (1997), *La Armonización Contable Europea: Una nueva estrategia de cara a la armonización internacional*, in AA.VV., *Estudios de Contabilidad y Auditoría*, ICAC, Madrid, pp. 87-106

International Accountig Standards Comittee, IASC (1996), *Borrador de declaraciones de principios sobre agricultura*, Comité Directivo de Agricultura del IASC, London (traducido en: *Revista Española de Financiación y Contabilidad*, 1998, nº 94, pp. 241 - 282, enero-marzo)

Instituto Nacional de Estatística (INE). Recenseamento Agrícola 2011. Acedido em: <https://www.ine.pt/> a 10/12/2018

Jensen, M. C. & Meckling, W. H. (1976), *Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure*; *Journal of Financial Economics*; Vol.3; 4; 305-356.

Lehman, G. (2005). *A critical perspective on the harmonisation of accounting in a globalising world*. Elsevier, School of Information Systems, University of South Australia, North Terrace. 975-99

Malis, S. Sacer, I. Brozovic, M.(2016) *Valiation of biological assets under 14-The case of listed and large companies in Croatia*. Research World International Conference, Barcelona, Spain Acedido em: http://www.worldresearchlibrary.org/up_proc/pdf/559-148533835644-50.pdf a 11/12/2018

Marconi, M. A.; Lakatos, E. M. (2007), *Metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas.

Martins, A. I. S., Almeida, R. M. P. and Jesus, T.A. (2008) *O impacto da IAS 41 e o seu valor relevante nas empresas agrícolas cotadas*, Lisboa, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa. Acedido em: <http://www.aeca1.org/xvencuentroaeca/cd/95b.pdf> a 15/09/2016

Medeiros, R. (2009), NCRF 17 versus POC: *Activos biológicos e produtos agrícolas no ponto de colheita*. Projecto de Mestrado em Contabilidade Avançada e Fiscalidade, ISCTE, Lisboa

Mendes, C. (2010). *Enquadramento Normativo dos Ativos Biológicos e as suas problemáticas: Uma análise Comparativa*. *Audidores e Revisores*, 49, 32-39

Acedido em: <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/Revista/49/Contabilidade.pdf> a 18/09/2016

Merino Sanz, M. J. (Coord.) (2010). *Introducción a la investigación de Mercados*, Madrid: ESIC Editorial.

Mestre, R. (2016), Apresentação “Do planeamento estratégico à avaliação de performance. O caso prático da JM Agrobusiness”. Universidade de Évora

Morris, R. D. (1987), “Signalling, Agency Theory and Accountig Policy Choise”, *Accounting and business research* pp. 47-56

Nobes, C. (1996b), *International Guide to Interpreting Company Accounts1996-97*, FT Financial Publishing, Pearson Professional Limited, Londres.

Nobes, C. and Alexander, D. (1994), *A European Introduction to Financial Accounting*, Prentice Hall (UK) International, Hertfordshire.

Oliveira, M. (2007), *Como fazer pesquisa qualitativa*. Petrópolis, Vozes

Palavecinos, B. Y Azúa D. (2006). *Alcances sobre el concepto de Valor Razonable*. Capiv Review, Vól 4. Escuela de Comercio de la Pontificia Universidad Católica del Valparaíso

Pereira, Renato; Estevam, Mariana e Almeida, Rui, (2009), *Harmonização Contabilística Internacional, Análise das suas implicações em Portugal* – Editora Bnomics, Lisboa

Pires, A., Rodrigues F. (2008), *Necessidade de adaptar e ajustar a IAS 41 ao setor agrícola português*, Revista Universo Contábil Acedido em: <http://hdl.handle.net/10198/1350> a 20/12/2016

Rech, J. et al., (2006) IAS 41 – Agricultura: *Um Estudo da Aplicação da Norma Internacional de Contabilidade às Empresas de Pecuária de Corte*. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 6., 2006, São Paulo. Acedido em: <http://www.congressousp.fipecafi.org/>. a 10 jan. 2017.

Regulamento (CEE) nº 1208/81 do Conselho, de 28 de abril de 1981

Regulamento (CEE) n.º 2930/81, de 12 de outubro de 1981

Regulamento (CEE) n.º 1026/91 do Conselho de 22 de abril de 1991

Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho”, *Diário da República*, 1ª Série A, nº34

Regulamento nº 1725/2003/CE da Comissão, de 21 de setembro. Bruxelas: *Jornal Oficial da União Europeia*

Regulamento (CE) n.º 2236/2004 da Comissão, de 29 de dezembro de 2004

Regulamento (CE) n.º 2238/2004 da Comissão, de 29 de dezembro de 2004

Regulamento (CE) n.º 1126/2008 da Comissão, de 3 de novembro de 2008

Regulamento (CE) 2113/2015 da Comissão de 23 de novembro de 2015

Rodrigues, J., Sistema de Normalização Contabilística. Porto: Porto Editora, 2015

Rodrigues, A., (2015), *Uma Nova Estratégia de Harmonização Contabilística na Europa? A Diretiva 2013/34/UE e os seus principais reflexos em Portugal*, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Rossman, G., & Rallis, F. (2003) *Learning in the field* (2nd ed). Thousand Oaks, CA: Sage Publications, Inc.

Sá, A. (2009), *Contabilidade e crise financeira*. TOC, 109, 47-48. Acedido em: https://www.occ.pt/fotos/downloads/files/1240404505_47e48_contabilidade_ok.pdf a 12/09/2016

Silverman, D., (2000), *Doing qualitative research: A practical handbook*. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications.

Stake, R. E. (1999). *Investigación con estudio de casos*. Madrid: Morata.

Vasconcelos, S. (2012) *Adoção da NCRF 17: estudo de caso no setor leiteiro*, Mestrado em Contabilidade e Fiscalidade. Instituto Superior de Contabilidade e Administração: Universidade de Aveiro

Ventura, J., (2015), *Determinação do Cumprimento dos Requisitos de Divulgação dos Ativos Biológicos*, Coimbra, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Dissertação do Mestrado de Contabilidade e Finanças

Visberg, A., Parts, V., (2016). *Recognition of dairy cattle as biological asset in the annual reports of Estonian dairy farmers*. In: 2016 International Conference on economic science for rural development, n.º 43, Jelgava. Acedido em: <<http://llufb.llu.lv/>>.a 01/01/2017.

Watts, R., *Accounting choice theory and market-based research in accounting*, *British Accounting Review*, Vol 24, pp. 235-267, 1992

Yin, R. (1993). *Applications of case study research*. Beverly Hills, CA: Sage Publishing.


Yin, R. (2005). *Estudo de Caso. Planejamento e Métodos*. Porto Alegre: Bookman.

Zmijewski, M. and Hagerman, R., *An income strategy approach to the positive theory of accounting standard setting/choice*, *Jornal of Accounting and Economics*, Vol.3 n°2, pp. 129-149


ANEXOS

**ANEXO I – Exemplo da apresentação dos preços de mercado pela
*Lonja Binéfar***


Tabela 12 - Exemplo dos preços apresentados pela Lonja Agropecuária de Binéfar


Lonja
 agropecuaria de Binéfar

Más Ir



www.lonjabinefar.com



KARIZOO

Reunión 2130. Cotizaciones acordadas como mas representativas el día 20-Mar-2019 (*)

Semana 12

PRECIOS GANADO VACUNO -CRUZADO-

MACHOS MENOS 280 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,20	4,20	=
U 3 (=)	4,07	4,07	=
R 3 (=)	3,84	3,84	=
O 3 (=)	3,45	3,45	=

HEMBRAS 180/220 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,38	4,38	=
U 3 (=)	4,21	4,21	=
R 3 (=)	3,98	3,98	=
O 3 (=)	3,75	3,75	=

MACHOS 281/320 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,17	4,17	=
U 3 (=)	4,05	4,05	=
R 3 (=)	3,81	3,81	=
O 3 (=)	3,41	3,41	=

HEMBRAS 221/260 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,34	4,34	=
U 3 (=)	4,11	4,11	=
R 3 (=)	3,92	3,92	=
O 3 (=)	3,68	3,68	=

MACHOS 321/370 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,12	4,12	=
U 3 (=)	3,97	3,97	=
R 3 (=)	3,78	3,78	=
O 3 (=)	3,34	3,34	=

HEMBRAS 261/300 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,33	4,33	=
U 3 (=)	4,10	4,10	=
R 3 (=)	3,92	3,92	=
O 3 (=)	3,67	3,67	=

MACHOS > 371 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,08	4,08	=
U 3 (=)	3,88	3,88	=
R 3 (=)	3,72	3,72	=
O 3 (=)	3,25	3,25	=

HEMBRAS > 301 Kg. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
E 3 (=)	4,33	4,33	=
U 3 (=)	4,10	4,10	=
R 3 (=)	3,91	3,91	=
O 3 (=)	3,66	3,66	=

(*) Precio medio operativo, canal europea "tipo II", sin transporte, pago 30 días.

(**) Estimación Precio Medio Clasificación "S3": clasificación "E3" mas 0,18 cent. kg canal

GANADO FRISON * HASTA 220 KG. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
O3 (+)	3,34	3,34	=
O3 (=)	3,32	3,32	=
O3 (-)	3,28	3,28	=

GANADO FRISON * DE SDE 220 KG. CANAL			
	Precio sem 10	Precio sem 11	Tendenc.sem 12
O3 (+)	3,38	3,38	=
O3 (=)	3,35	3,35	=
O3 (-)	3,29	3,29	=

(*) Precio medio operativo, canal europea "tipo II", sin transporte, pago 30 días.

Fonte: <http://www.lonjabinefar.es/cotizacionsemanal.pdf>

ANEXO II – Elementos da Bolsa Binéfar

Ilustração 4 – Mesa de Preços da Lonja agropecuária de Binéfar



AGROPECUARIA BERNADÓ	MENDIKO OKELA
AGROPECUARIA GARCÍA SA	MERCADO CENTRAL MADRID
AGROURBANA CARTHAGO	MIGUEL VERGARA SA
ALIMENTANCION ANIMAL NANTA, SL	OSVACA
AMADO MORANCHO	SUPERMERCADOS SABECO SA
ANTONIO CIERCO SEIRA	TERUEL GANADERA
BARRAGAN GANADERA	TONI VIÑALS
BAYVIS	URBILIZA, JESÚS
BOVI SA	VACO GANADOS, SL
CARN NATURE, SA	VEDELLA BENCRIADA
CARNES BINEFAR, SA	FERNANDO NOGUERO SABATE
CARNES FIGUERES SL	FRIBIN, SAT 1269
CARNES MOZARBEZ	GANADOS BALLESTE
CARNICAS ARRANZ	GANADOS CUELLO, SL
CARNICAS CARLOS GOMEZ	GANADOS JIMENEZ CAMBRA
CARNES B.	GANADOS MONTALBAN, SL
CASTELLANA DE CARNES SA	GANADOS TORRE SEGURA
COMPANYA GENERAL CARNIA SA	GERMAN ALCAÑIZ
EL ENCINAR DE HUMIENTA SA	HERMANOS ESCANILLA
FERNANDO NOGUERO SABATE	INDUSTRIAS CARNICAS HALA, SL
FRIBIN, SAT 1269	JAVIER ESTEBAN, SL
GANADOS BALLESTE	JOSEP VIÑAS
GANADOS CUELLO, SL	JUAN CANET SA
GANADOS JIMENEZ CAMBRA	LUIS MORANCHO BARDAJÍ
GANADOS MONTALBAN, SL	LUIS MORANCHO ESPAÑOL
GANADOS TORRE SEGURA	MEAT CENTER IBERICA
GERMAN ALCAÑIZ	MENDIKO OKELA
HERMANOS ESCANILLA	MERCADO CENTRAL MADRID
INDUSTRIAS CARNICAS HALA, SL	MIGUEL VERGARA SA
JAVIER ESTEBAN, SL	OSVACA
JOSEP VIÑAS	SUPERMERCADOS SABECO SA
JUAN CANET SA	TERUEL GANADERA
LUIS MORANCHO BARDAJÍ	TONI VIÑALS
LUIS MORANCHO ESPAÑOL	URBILIZA, JESÚS
MEAT CENTER IBERICA	VACO GANADOS, SL
	VEDELLA BENCRIADA

Fonte: Página da Lonja Agropecuária de Binéfar
<http://www.lonjaBinéfar.es/mesavacuno.pdf>

ANEXO III – Classificação de carcaças de bovinos

Tabela 13 – Classe de conformação muscular das carcaças de bovinos

Classe de Conformação	Descrição
S - Superior	Todos os perfis extremamente convexos; desenvolvimento muscular excepcional (tipo de carcaça de musculatura dupla)
E - Excelente	Todos os perfis convexos para super-convexos; desenvolvimento muscular excepcional
U - Muito Boa	Perfis convexos num todo com um desenvolvimento muscular muito bom
R - Boa	Perfil reto e bom desenvolvimento muscular
O - Razoável	Perfis direitos para côncavos; desenvolvimento muscular médio
P - Mediocre	Todos os perfis côncavos e com pobre desenvolvimento muscular

Fonte - Adaptado de: Regulamento (CEE) n.º 1208/81; Regulamento (CEE) n.º 2930/81; e Regulamento (CEE) n.º 1026/91

Tabela 14 – Nível de gordura das carcaças de bovino

Classe de estado de gordura	Descrição
1 - Baixo	Baixo Teor de Gordura
2 - Leve	Leve cobertura de gordura, carne visível em quase todas as partes do animal
3 - Média	A carne com exceção da coxa e da espádua quase em toda parte coberta de gordura, ligeira deposição de gordura na cavidade torácica.
4 - Alto	A carne está coberta de gordura mas no joelho e no ombro é parcialmente visível. Alguns depósitos são separados por gordura no interior da cavidade torácica.
5 - Muito Alto	As carcaças estão cobertas de gordura e com grandes depósitos pesados de gordura da cavidade torácica.

Fonte - Adaptado de: Regulamento (CEE) n.º 1208/81; Regulamento (CEE) n.º 2930/81; e Regulamento (CEE) n.º 1026/91

ANEXO IV – Exemplo de uma divisa de abate de bovinos²⁷

²⁷ O exemplo em anexo não corresponde a uma Parametrização de Abate da Best Farmer

Estudo de caso da Best Farmer: Influência da IAS 41 nas Demonstrações Financeiras

Ilustração 5 – Exemplo da parametrização de abate emitida pelo departamento de qualidade dos matadouros

MATADOURO ABC

GCLMBS.425/SIC.B1.7

Parametrização de Abates

Data:

Página: 1

Da Data de Abate:

à

- MAPA ANIMAIS POR GUIA

Espécie: da 10 à 19 ** Ordem: da 0000 a 9999 ** Cliente: do 9900000 ao 9900000 * Tipo: do ao 2222 * Ordem: da 0 a 2222 ** Obs.: da 0

***** Situação: da 0 a 2222 *****

Espécie	GUIA	Cliente	Nº de Ordem	Peso a Quente	Peso a Frio	Sexo	Brinco	Quantidade	Situação	Classificação	Idade
12	2376189.1 BOV	99.00060	0096	130.00	127.40	M	PT119292684	50	A	R2	B
12	2376189.1 BOV	99.00060	0096	132.00	129.36	M	PT119292684	50	A	R2	B
Tot. 0096			0096	262.00	256.76			1.00			
10	2376189.1 BOV	99.00060	0097	126.60	124.06	M	PT419337232	50	A	R-2	Z
10	2376189.1 BOV	99.00060	0097	125.60	123.08	M	PT419337232	50	A	R-2	Z
Tot. 0097			0097	252.20	247.14			1.00			
10	2376189.1 BOV	99.00060	0098	106.40	104.27	F	PT619337231	50	A	O-2	Z
10	2376189.1 BOV	99.00060	0098	106.60	104.46	F	PT619337231	50	A	O-2	Z
Tot. 0098			0098	213.00	208.73			1.00			
11	2376189.1 BOV	99.00060	0099	108.40	106.23	F	PT719316592	50	A	R2+	E
11	2376189.1 BOV	99.00060	0099	108.80	106.62	F	PT719316592	50	A	R2+	E
Tot. 0099			0099	217.20	212.85			1.00			
12	2376189.1 BOV	99.00060	0100	143.40	140.53	M	PT919292685	50	A	R2+	B
12	2376189.1 BOV	99.00060	0100	141.40	138.57	M	PT919292685	50	A	R2+	B
Tot. 0100			0100	284.80	279.10			1.00			
11	2376194.1 BOV	99.00060	0094	97.00	95.06	F	PT319311808	50	A	R-2	E
11	2376194.1 BOV	99.00060	0094	97.40	95.45	F	PT319311808	50	A	R-2	E
Tot. 0094			0094	194.40	190.51			1.00			
11	2376194.1 BOV	99.00060	0095	109.80	107.60	F	PT919318458	50	A	R-2	E
11	2376194.1 BOV	99.00060	0095	109.80	107.60	F	PT919318458	50	A	R-2	E
Tot. 0095			0095	219.60	215.20			1.00			
10	2376200.1 BOV	99.00060	0086	115.80	113.48	F	PT019334882	50	A	R2	Z
10	2376200.1 BOV	99.00060	0086	114.80	112.50	F	PT019334882	50	A	R2	Z
Tot. 0086			0086	230.60	225.98			1.00			
10	2376200.1 BOV	99.00060	0087	115.60	113.28	F	PT219334881	50	A	R-2	Z
10	2376200.1 BOV	99.00060	0087	117.00	114.66	F	PT219334881	50	A	R-2	Z
Tot. 0087			0087	232.60	227.94			1.00			
10	2376200.1 BOV	99.00060	0088	115.20	112.89	F	PT219334886	50	A	R-2	Z
10	2376200.1 BOV	99.00060	0088	115.60	113.28	F	PT219334886	50	A	R-2	Z
Tot. 0088			0088	230.80	226.17			1.00			
11	2376200.1 BOV	99.00060	0089	112.60	110.34	F	PT319303563	50	A	R-2	E
11	2376200.1 BOV	99.00060	0089	114.60	112.30	F	PT319303563	50	A	R-2	E
Tot. 0089			0089	227.20	222.64			1.00			
10	2376200.1 BOV	99.00060	0090	74.20	72.71	F	PT419334885	50	A	O-2-	Z
10	2376200.1 BOV	99.00060	0090	74.40	72.91	F	PT419334885	50	A	O-2-	Z
Tot. 0090			0090	148.60	145.62			1.00			
11	2376200.1 BOV	99.00060	0091	89.80	88.00	F	PT519303548	50	A	O2	E
11	2376200.1 BOV	99.00060	0091	90.00	88.20	F	PT519303548	50	A	O2	E
Tot. 0091			0091	179.80	176.20			1.00			
10	2376200.1 BOV	99.00060	0092	99.00	97.02	F	PT619334884	50	A	R-2	Z
10	2376200.1 BOV	99.00060	0092	100.80	98.78	F	PT619334884	50	A	R-2	Z
Tot. 0092			0092	199.80	195.80			1.00			
10	2376200.1 BOV	99.00060	0093	129.00	126.42	M	PT719334898	50	A	R-2	Z
10	2376200.1 BOV	99.00060	0093	129.60	127.00	M	PT719334898	50	A	R-2	Z
Tot. 0093			0093	258.60	253.42			1.00			
Total Final				3.351.20	3.284.06			15.00			

Emitido por programa certificado nº 223/AT

Fonte: Obtido através do Matadouro ABC

ANEXO V – Guia da Entrevista

Tabela 15 – Guia da Entrevista



Secção I	
1.	Função que desempenha na Best Farmer
2.	Habilitações Literárias
3.	Anos de permanência na Best Farmer
4.	Anos de permanência no Grupo Jerónimo Martins
5.	Já tinha aplicado a IAS 41 em outra empresa?
Secção II	
1.	Que tipos de mensurações são utilizados nos diversos ativos biológicos da entidade?
2.	Quais as variáveis que influenciam o justo valor?
3.	Quais as variáveis do justo valor com maior influência?
4.	Quais as vantagens de utilização deste tipo de mensuração?
5.	Quais as desvantagens de utilização deste tipo de mensuração?
6.	Quais as variáveis utilizadas para a escolha do preço de mercado?
7.	Como foram escolhidas as variáveis utilizadas para a escolha do preço de mercado?
8.	Quem escolheu as variáveis utilizadas para a escolha do preço de mercado?
9.	Quais são as variáveis que têm um maior significado na alteração do valor líquido dos ativos biológicos?
10.	Quais as vantagens da bolsa de referência escolhida?
11.	Quais as desvantagens da bolsa de referência escolhida?
12.	Quais os motivos para escolher a bolsa Binefar como bolsa de referência ao preço de mercado para a engorda de Angus?
13.	Para efeitos de auditoria como foram avaliadas as opções escolhidas pelo conselho de administração/ Gestão?
14.	Que implicações têm a valorização dos animais para a variação do resultado líquido?
15.	Na sua opinião o valor da aplicação do justo valor nos ativos biológicos reflete o valor de mercado da empresa?
16.	As alterações das características dos animais traduzem-se em diferentes valorizações?
17.	As valorizações dos animais são valorizadas homogeneamente ou são diferenciadas consoante as suas características?
18.	Se as valorizações dos animais forem diferenciadas consoante as suas características, quais as características que são consideradas para essa diferenciação?
19.	Qual a sua opinião sobre a forma de valorização destes activos?
20.	Quais as principais vantagens deste processo?
21.	Quais as principais desvantagens deste processo?

Fonte: Elaboração Própria